



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 419 - DE 11 A 25 DE SETEMBRO DE 2011 - R\$ 3,00

**Burguesia e seus governos,
inflexíveis com os movimentos.
Romper a conciliação de classes!
Unificar e centralizar as lutas
contra o governo e os capitalistas!**



**10 anos do 11 de setembro:
Em defesa da autodeterminação
das nações e povos oprimidos!
Enfrentar o imperialismo com
o programa da revolução
e ditaduras proletárias!
Responder à crise mundial com
o internacionalismo proletário!**

**Chile:
Protestos por ensino público
e gratuito chocam-se com
política educacional de
Pinochet a Piñera**

**71 anos do
assassinato de
León Trotsky**



Oposição revolucionária a Dilma

Burguesia e seus governos, inflexíveis com os movimentos

A dureza com que o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, enfrentou a greve dos cozeiros indica a que ponto chega a intransigência dos governos e da burguesia. Esses trabalhadores recebem um piso salarial de pouco mais de um salário mínimo. Estão expostos às doenças. São obrigados a executar uma pesada jornada de trabalho. O baixo salário e o custo de vida disparado forçaram os sepultadores a reivindicarem 39,79% de aumento no salário base, que é de R\$440,39. Com as gratificações, o salário chega a R\$630,00. Em junho, esses trabalhadores foram à greve e conseguiram que com as gratificações o salário atingisse esse valor. Em fins de agosto e início de setembro, tiveram de retornar à greve. Kassab fez uma campanha de ataque aos grevistas e obteve rapidinho na Justiça o julgamento da greve de “abusiva”. A multa imposta ao sindicato foi de R\$ 60 mil diários. O movimento assim foi suspenso à base da força. Kassab constituiu uma comissão para perseguir seletivamente os lutadores e prometeu demiti-los. Está aí o retrato da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados.

O funcionalismo federal, estadual e municipal vem protagonizando greves em vários estados. A paralisação de 19 estados, no início de agosto, pela reivindicação da aplicação da lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) evidenciou o descontentamento generalizado do setor da educação. Os professores de Minas Gerais estão em greve há 100 dias, reivindicando o cumprimento do PSPN, que é de R\$ 1.187,00 para uma jornada de 40 horas. O estado paga a miséria de um salário base de R\$369,00 para uma jornada de 24 horas e o complementa, para alcançar o salário mínimo, com gratificações. Nesse momento, os grevistas exigem um termo de compromisso (TAC) assinado pelo governo de cumprimento das negociações para o retorno às aulas. Denunciam que as lideranças vêm sendo perseguidas pela polícia.

Os professores do estado do Ceará estão em greve, que já ultrapassa 30 dias. O movimento veio à tona em função da medida governamental de retirar conquistas do Plano de Carreira. Os grevistas exigem a aplicação da PSPN.

Os funcionários de cerca de 50 universidades federais de todo o Brasil estão em greve há quase três meses. Reivindicam reajuste salarial, combatem a avaliação de desempenho, rechaçam a privatização dos hospitais universitários e a reforma da previdência. O governo se mantém intransigente. Fez a proposta vergonhosa de reajuste de 4% e um projeto congelando os salários do funcionalismo por 10 anos. A greve enfrenta a medida repressiva de 50% trabalhando imposta pela Justiça.

A greve dos professores e técnicos administrativos da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte chegou aos 100 dias.

Além das longas greves que ainda resistem, os últimos meses do primeiro semestre foram marcados também por greves na educação básica em vários estados. No Rio de Janeiro, os funcionários administrativos e professores paralisaram por mais de 60 dias, pleiteando 26% de reajuste. No Rio Grande do Norte, foram 82 dias de greve contra a miséria salarial. No município de Fortaleza, os professores enfrentaram por dois

meses a prefeita petista, exigindo o cumprimento do PSPN. Em Santa Catarina, o salário base de R\$ 609,46 por 40 horas semanais motivou a greve pelo PSPN. No Amapá, foram mais de 30 dias. No Mato Grosso, os professores pediam o cumprimento do PSPN. No Piauí, os 18 dias de greve mostraram a disposição do magistério de arrancar melhores salários. Nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a paralisação atingiu 220 campi dos 403. O movimento eclodiu unido professores e estudantes não apenas pela reivindicação de 14,67% como também as melhorias de infra-estrutura escolar. É bom lembrar que os trabalhadores da saúde realizaram greves, manifestações e protestos em vários estados e na capital. Esse quadro de mobilização dos servidores públicos indica a deterioração das condições salariais e de trabalho. Os governos, em todas as esferas do Estado, vêm tomando medidas de contenção orçamentária em função da crise. Os partidos, do PSDB ao PT, que administram os negócios da burguesia descarregam as dificuldades econômicas do capitalismo sobre os assalariados. Os explorados se mostram dispostos à luta, ao ponto de sustentar longas greves. No entanto, o movimento fragmentado não reúne forças suficientes para quebrar a diretoria antitrabalhadora dos governos e da burguesia. Praticamente esteve colocada uma greve geral dos servidores, sem que houve uma direção para lhe dar expressão política e organizativa.

Romper a conciliação de classes

A campanha salarial dos metalúrgicos do estado de São Paulo está morta. O golpe fatal foi dado pelo acordo do sindicato dos metalúrgicos do ABC com as montadoras. A burocracia teatralizou com algumas assembleias de fábrica e encerrou a campanha sem luta. Considerou uma vitória o reajuste salarial de 10%, sendo que 2,5% equivalem ao aumento real, para uma inflação estimada em 7,5%. A direção sindical não enterrou apenas a campanha desse ano, mas também a de 2012, uma vez que o acordo vale por dois anos.

Dois problemas: 1) o custo de vida é mais elevado do que da inflação média; 2) as montadoras receberam do governo Lula subsídios milionários e negociam a sua prorrogação com Dilma, sendo que o sindicato metalúrgico apoia o pleito das montadoras, que, segundo o governo, não querem atender contrapartidas de índices de nacionalização de peças. O que quer dizer que só aparentemente os operários das montadoras estão protegidos da inflação e as multinacionais, de fato, têm seus lucros garantidos. Falta ainda saber como será o acordo dos outros grupos metalúrgicos.

A diretoria de selar compromissos com o patronato por dois anos corresponde à política de colaboração de classes. A burocracia que se reorganizou com o fim da ditadura e militar e sob a “abertura democrática” vem desenvolvendo uma linha antiooperária de conciliação cada vez mais ofensiva com a burguesia.

As condições econômicas favoráveis da última década, o atraso político-organizativo do proletariado que suportou 20 anos regime militar, a ascensão do PT e o caráter embrionário

da construção do partido revolucionário permitiram à burguesia ampliar a exploração das massas e agigantar a acumulação de capital. Principalmente, sob o governo Lula, que assumiu a presidência em 2003, a economia brasileira teve um impulso, reduziu a brutal taxa de desemprego da época de Fernando Henrique Cardoso, incentivou a classe média ao consumo e ampliou o assistencialismo para milhões de famintos.

Sobre essa realidade econômica e social, edificou-se o poder sindical da burocracia pró-capitalista. Um de seus pilares é o do colaboracionismo com o capital imperialista, ou seja, com as multinacionais. Não por acaso, a burocracia do sindicato metalúrgico do ABC se projetou no interior do Estado como importante correia de transmissão da política governamental. Como fração burocrática pseudo-reformista, contribuiu para o fortalecimento da fração burocrática direitista encastelada na Força Sindical. As duas frações que controlam o movimento operário selaram uma aliança de apoio ao governo Lula/Dilma. Constituíram-se em canal de expressão da burguesia industrial. Assumiram como responsabilidade das Centrais e dos sindicatos viabilizarem os negócios da indústria como se fossem do interesse do proletariado. Enfiaram-se nas disputas interburguesas em torno da política econômica do governo. E passaram a convencer a classe operária e os demais explorados que o capitalismo adentrou a uma fase em que a luta de classes tornou-se secundária e que a greve somente deve ser utilizada em último caso quando a conciliação entre capital e trabalho não for possível. Inventaram-se histórias de que são mais vantajosos os acordos sem luta do que aqueles sujeitos ao desencadeamento da greve. Fazem de tudo para que os operários se convençam de que a classe capitalista vem mudando sua conduta, tornando-se mais flexível e reconhecendo a representação sindical como interlocutora das necessidades dos assalariados. A classe capitalista não tem como mudar sua condição de exploradora e detentora da acumulação de capital. É a burocracia que se coloca a seu serviço para que a classe operária não se rebelde.

Não por acaso, os sindicatos e as Centrais sofreram uma brutal burocratização e estatização. A democracia operária e

a independência política diante da burguesia e seu Estado estão seriamente comprometidas, se não abolidas. Essa posição auxiliou enormemente a classe capitalista a obter alta lucratividade e dinamizar seus negócios às custas do empobrecimento relativo da classe operária e da manutenção da miséria absoluta de milhões de pessoas. Graças ao controle dos sindicatos pela casta pró-capitalista e a arregimentação das massas pelo PT, impôs-se o atraso na luta de classes.

O proletariado brasileiro é poderoso pelo seu volume e por ter uma camada concentrada em grandes indústrias. Ao mesmo tempo, é diferenciado nos ramos de produção e pela existência da pequena e média indústrias. A sua fortaleza depende da evolução política de conjunto. Para isso, é fundamental que seu contingente vinculado à grande indústria tome a frente do movimento em defesa das reivindicações e do programa revolucionário. Ocorre que parte significativa se encontra nas multinacionais e, particularmente, no ramo metalúrgico. A burocracia sindical exerce o forte controle desse contingente e o coloca sob a política de colaboração de classes. A burocracia dos sindicatos responsáveis por milhões de operários das pequenas e médias indústrias pode permanecer na mais profunda paralisia e conservadorismo. Em muitos casos, nem campanha salarial realiza, não convoca assembleias e os sindicatos sobrevivem do imposto sindical. Como se vê, o setor mais avançado do proletariado vem servindo de base social para a política de conciliação e os demais permanecem adormecidos.

No entanto, a burguesia teme que o poderoso proletariado se coloque em pé. O período de crescimento econômico já não pode ser sustentado. A crise mundial é de grande alcance. As forças produtivas estão em choque com as relações de produção. A classe capitalista iniciou um processo de fechamento de postos de trabalho em todo o mundo. O Brasil não terá como escapar da destruição de forças produtivas. A classe operária será golpeada. É sobre essa base que se colocará o rompimento dos explorados com a política de conciliação de classe. A vanguarda está chamada a combater pela independência da classe operária, empunhando as reivindicações transitórias e a estratégia da revolução proletária.

Estreitam-se as margens de manobra de Dilma

As últimas medidas do governo indicam que já não se fala do “crescimento sustentável” do Brasil e de sua fortaleza diante da crise mundial. A decisão de elevar em 10 bilhões o superávit primário reflete o peso da gigantesca dívida pública. Peso esse que se agrava nas condições de declínio do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta do governo Lula era de reduzir o montante da dívida e aliviar os seus encargos. Mas o que ocorreu nos últimos anos foi o inverso. A necessidade de desvincular o Orçamento previsto (Desvinculação de Receitas da União-DRU) levou Lula a reduzir verbas sociais, a exemplo da saúde. O que mostrou a pressão dos banqueiros sobre o Orçamento da Federação. Isso quando a economia andava para frente e os petistas se agarravam na bandeira do tal do “desenvolvimento sustentável”. No momento, a administração de Dilma está diante da desaceleração econômica e do agravamento da disputa interburguesa. O fato de pretender prorrogar a DRU evidencia o estreitamento das margens de manobra.

O aumento do superávit primário acena para o capital financeiro a intenção de honrar com os juros e amortizações. Apesar dos economistas mostrarem que o endividamento do Estado brasileiro ainda não chegou ao limite intolerável, diferentemente das potências que atravessam uma “crise fiscal”, os gastos de juros e amortizações em um ano atingiram 5,7% do PIB. Ou seja, R\$ 224,8 bilhões. Preve-se que o Tesouro terá de emitir títulos da ordem de R\$ 133 bilhões, uma vez que o superávit primário com sua elevação chegará a R\$128 bilhões.

Esses números atestam que a dívida pública está em franca expansão (de R\$1,47 trilhão em 2010 para R\$1,54 trilhão agora). Caso se confirmem as previsões mais duras de que o PIB ficará entre 3% e 3,5%, a arrecadação reduzirá e complicará a relação da dívida pública com os demais fatores econômicos. Está aí por que depois do anúncio da elevação do superávit primário, o Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,5% (12,5% para 12%).

Os banqueiros, como era de se esperar, reclamaram e apon-

taram os perigos das pressões inflacionárias. A fração da burguesia industrial aplaudiu, mas achou insuficiente. A burocracia sindical (Força Sindical e CUT) considerou uma vitória parcial do movimento unitário com a Fiesp. A oposição burguesa (PSDB/DEM/PPS) não teve como se opor.

Ocorre que os 12% anuais continuam a sangrar os cofres públicos. A divulgação de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 7,23% revelou a ultrapassagem do teto de 6,5%. Enquanto os banqueiros alertam o Banco Central de que sua função é a de controlar a inflação, os industriais o alertam para os perigos da recessão mundial. O governo burguês de Dilma está entre esses dois fogos.

A tentativa de atender em parte os pleitos da fração industrial não tem amenizado o descontentamento da Fiesp. Haja vista o questionamento da desoneração da folha de pagamento dos setores beneficiados, que fizeram os cálculos e concluíram que as vantagens não os protegem suficientemente da concorrência internacional. As montadoras querem a prorrogação da isenção do IPI, mas não aceitam que o governo imponha condições, as chamadas de contrapartidas. Dilma se encontra diante de uma situação mais complicada que a de Lula de administrar os interesses setoriais da burguesia. Ocorre que, em última instância, o Estado tem de expressar o domínio do capital financeiro, típico da época do capitalismo imperialista. Isso sig-

nifica, de acordo com a crise de superprodução internacional, destruir forças produtivas e salvar o parasitismo financeiro.

A presteza com que a burocracia sindical vem auxiliando a fração industrial e, especialmente, as multinacionais, no sentido de exigir do governo que a atenda, é um sintoma do avanço da crise mundial sobre a economia nacional. Trata-se do início da decomposição dos fatores econômicos e sociais que criaram a ilusão de um capitalismo estável e um “crescimento sustentável”. Está claro que a desaceleração e uma possível recessão caracterizam a situação. O que resultará no retorno das demissões em massa, no aumento do exército de desempregados e ataque aos direitos trabalhistas. A margem de manobra de política econômica do governo Dilma se estreita justamente por não ter como se contrapor às tendências mundiais recessivas e à desintegração capitalista.

A política do proletariado deve responder com seu programa e com a recuperação dos sindicatos como instrumentos da luta de classes. A bandeira do POR de oposição revolucionária ao governo Dilma se materializa na defesa das reivindicações vitais dos explorados e no combate à política antinacional. O programa de defesa da vida dos explorados e de avanço revolucionário tem seus fundamentos no Programa de Transição da IV Internacional, que deve ser aplicado nas condições particulares do Brasil.

Dez anos do ataque ao World Trade Center Declaração do Partido Operário Revolucionário

Não poderia ser diferente: os Estados Unidos comandam uma campanha mundial de condenação do atentado terrorista, desfechado pela Al Qaeda, sob a orientação de Osama Bin Laden. No Brasil, a grande imprensa, os tais dos especialistas, intelectuais, etc. serviram aos propósitos do imperialismo. Não se pôde ler ou ouvir alguma explicação séria e consistente sobre o espetacular ataque à potência dominante. Não se estabeleceram os nexos entre a opressão colonialista dos Estados Unidos, o nacionalismo árabe e a resistência de organizações que assumiram o método terrorista de luta.

Inventou-se a tese de que o atentado mudou a situação econômica dos Estados Unidos e de certa forma do mundo. Via de regra, as críticas recaíram na reação errada e desproporcional do presidente George W. Bush. Enfatizou-se o reparo de que os muçulmanos e o Islã não podem ser confundidos com o terrorismo e nem responsabilizados pelos atos de Bin Laden – o que é correto. Apontou-se, nesse sentido, o absurdo da posição de Bush que os Estados Unidos enfrentavam um “choque de civilizações”, de um lado o Ocidente moderno, globalizado; de outro os bárbaros que, sob o manto do islamismo, resistem às mudanças. Não se poderia, também, deixar de condenar as mentiras de Bush usadas para ocupar militarmente o Iraque, desconhecendo a tal da “comunidade internacional” (uma máscara para o domínio das potências). Quanto ao Afeganistão, uma ou outra voz baixinha e de leve timbre lançou uma sombra de dúvida se foi necessária a sua ocupação. Nenhuma condenação em voz alta e veemente transpareceu na grande imprensa brasileira. Reproduziu-se a restrição já assente de que a invasão do Afeganistão contou com o apoio da “comunidade” e teve um motivo claro de combate ao terrorismo, en-

quanto que a do Iraque se deu a despeito da ONU, etc.

A tarefa jornalística e ideológica de acobertar a opressão imperialista e de pintar Bin Laden como “fascínora” e “genocida”, e a Al Qaeda como um perigo à paz mundial e à humanidade foi bem cumprida pelos lacaios dos Estados Unidos. Em meio ao bombardeio ideológico da máquina publicitária, reuniram-se dados conhecidos. Basta uma análise correta para se ir em busca da raiz de 11 de setembro de 2001. Eis: 1) Os mortos do atentado totalizaram 2.976; 2) Dados tardiamente apurados pela ONU, constam 11,7 mil civis mortos no Afeganistão, 10 mil insurgentes, 8,8 mil da força de segurança do governo e 2,7 mil militares da força de ocupação, portanto, 33,2 mil mortos.3). Enorme quantidade de feridos graves, amputados e desequilibrados; 4) 1,28 trilhão de dólares foi gasto pelos Estados Unidos, até março; 5) 649 bilhões de dólares formam o orçamento federal para a segurança. Podemos acrescentar outro dado, dos dez anos de guerra e ocupação, envolvendo o Afeganistão, Paquistão e Iraque: 137 mil civis mortos.

Os números astronômicos dos gastos com a guerra avultariam ainda mais se as potências envolvidas revelassem o dispêndio total, bastaria que a Inglaterra, França, etc. apresentassem suas contas.

Não custa nada para um pacifista, democrata ou economista de bom senso concluir que o melhor e acertado era ter aplicado o gigantesco montante na economia, na produção, na saúde ... e que os Estados Unidos precisam voltar a ser produtivos. Também é de graça dizer que a brutal elevação dos gastos com a segurança é uma reação ao terrorismo e que, portanto, contribuiu para a crise econômica e que 11 de setembro é um marco da virada da situação nos Estados Unidos. E não

é difícil ao jornalismo observar, nas entrelinhas, que o número de civis mortos na guerra do Afeganistão é quarenta vezes maior em relação aos do ato terrorista. A burguesia e seus representantes não têm como condenar o atentado sem defender o imperialismo.

A posição da política proletária, portanto, marxista-leninista-trotskista, é outra. O terrorismo é combatido como método alheio à revolução social ou política. É prejudicial à causa revolucionária, uma vez que consiste no ato individual da violência. Acaba favorecendo os opressores.

A organização Al Qaeda justificou o atentado ao WTC em defesa do Iraque e do povo palestino, do combate ao apoio norte-americano ao Estado sionista de Israel e contra a existência de tropas dos Estados Unidos na Arábia Saudita. Todas são causas justas. A intervenção imperialista da mais poderosa potência viola a autodeterminação das nações e impõe-lhes condições econômico-sociais adversas. O Estado de Israel e a expansão territorial sionista esmagam os palestinos. Nesse exato momento, o imperialismo bombardeia a Líbia e impõe a derrubada do governo de Muamar Kadafi. Não faltam motivos, portanto, para ações terroristas. Não obstante, esse método não levará as nações oprimidas a se levantarem contra o imperialismo e conquistarem a independência nacional. Essa tarefa própria dos países capitalistas de economia atrasada virá tão-somente com a revolução social, cujo um dos objetivos é alcançar a emancipação nacional, portanto, de conteúdo histórico anti-imperialista.

A violência à margem das massas e de sua evolução política não corresponde ao programa da revolução e à classe que a dirigirá, ou seja, ao proletariado. Eis por que a organização construída por Bin Laden – a Al Qaeda – não vai além de proposições nacionalistas e de orientação pequeno-burguesa. Por mais espetacular que tenha sido o ataque com aviões de passageiros sequestrados e dirigidos contra o WTC e as instalações do Pentágono, não fez senão despertar a ira da burguesia norte-americana e dar-lhe uma justificativa para impulsionar as tendências bélicas do capitalismo decadente. O imperialismo soube usar muito bem o alibi em favor da dominação e do colonialismo.

É verdade que o intervencionismo militar não ocorreu e ocorre sem contradições. A principal delas é a resistência da população afegã e iraquiana aos ocupantes de seus países. Os Estados Unidos e seus aliados, com todo o aparato bélico, não puderam estabilizar seu domínio e se encontram na posição de derrotados. Não pelo terrorismo, mas pela resistência nacional armada, envolta pelas massas. O sentimento antiamericano das populações das regiões conflagradas refletem posições anti-imperialistas e estas servem à resistência da guerra irregular travada no Afeganistão e no Iraque contra os invasores. Não se trata, portanto, de condenar o terrorismo e em particular a Al Qaeda diante dos saqueadores e carneiros do mundo. Trata-se de rejeitá-lo perante as massas exploradas como método ineficaz de luta e por seu conteúdo nacionalista pequeno-burguês e burguês.

Tem sido difícil para as correntes centristas de esquerda aplicar essa diretriz do marxismo-leninismo-trotskismo, em especial os morenistas do PSTU.

Posta essa posição, os números apresentados pelos analistas na grande imprensa ficam mais claros, e torna-se mais fácil

entender a questão da crise norte-americana. A matança de civis e não civis pelas forças de ocupação não tem comparação com os 2.976 do ataque terrorista. A explicação está em que os Estados Unidos não desencadearam uma “guerra ao terrorismo”, mas a nações oprimidas. A visão do Estado imperialista é de que se a população e o governo constituído não lhes entregam os agentes do terror devem pagar por isso. Na realidade, não se tratava apenas de liquidar a Al Qaeda e outros grupos, mas fundamentalmente de romper a linha de força do nacionalismo, que limitava o saque imperialista.

A bandeira de Bush de que os Estados Unidos não se prenderiam a nenhuma regra para vencer o terrorismo assustou os pacifistas e democratizantes oriundos da pequena-burguesia norte-americana. O cerceamento de direitos civis internos se mostrou uma gota d’água diante da chacina no Afeganistão e Iraque e da rede de centros de tortura espalhados em vários países, um deles escancarado em Guantánamo.

O extraordinário gasto de 200 bilhões de dólares mensais para manter a ocupação do Afeganistão e Iraque e corromper a fração pró-imperialista interna e a consequente elevação do déficit orçamentário dos Estados Unidos não é a causa da crise. Pelo contrário, embora a potencialize, não passa de um de seus reflexos. Basta se ver que a dívida federal passou de 10,3 trilhões dólares em 2001 para 14,6 trilhões em 2011 em função de uma política econômica voltada a manter os negócios dos trustes industriais, comerciais e dos banqueiros. As guerras de ocupação serviram de válvula de escape para a indústria armamentista e para grupos empresariais preparados para a “recuperação” dos países devastados.

A eclosão da crise de 2008 se deu com o esgotamento da capacidade de endividamento da população. O que antes havia impossibilitado contornar a superprodução. Os artifícios financeiros funcionaram até certo ponto, convertendo-se em bancarrota. A superprodução se apresentou em toda sua extensão mundial. A constatação de que os Estados Unidos vinham caminhando bem até 2001, com significativa taxa de crescimento, baixa taxa de desemprego e superávit fiscal não expõe senão que já não havia terreno para continuar a marcha ascendente. O atentado da Al Qaeda não poderia por si mesmo alterar o curso econômico.

As portentosas contradições da crise estrutural do capitalismo empurraram George W. Bush ao expansionismo colonialista. As guerras destroem forças produtivas e alimentam a indústria bélica. Os enormes gastos militares agigantaram o déficit federal que cresce a passos largos, sob a diretriz do endividamento implantada pelo governo republicano. Observa-se que vários estados da federação se encontram em situação financeira precária. A superprodução alimenta o esbanjamento e a dilapidação de riqueza acumulada, até o momento em que a burguesia e o Estado não têm como evitar que o excesso de mercadorias se transforme em retração, estagnação, recessão e depressão.

Os Estados Unidos dependem em grande medida do mercado externo, do saque das economias semicoloniais e da poupança internacional. E o mercado mundial, os saqueados e poupadores dependem do carro chefe americano. As contradições entre a economia globalizada e as fronteiras nacionais emergem poderosamente e precipitam a crise. Na sua base, movimenta-se a contradição entre as forças produtivas e as re-

lações de produção na forma altamente monopolizada a que chegou a fase imperialista do capitalismo. A gigantesca capacidade de produção se choca com a propriedade monopolizada e com o capital financeiro concentrado e centralizado. Inúmeras foram as crises do pós-guerra, mas, via de regra, mais ou menos localizadas.

Tudo indica que 2008 é um marco de uma crise mais ampla e profunda. Os Estados Unidos, inevitavelmente, se tornaram em seu epicentro, como o foi a Alemanha no início e meados do XX, protagonizando as duas guerras mundiais por uma nova divisão rapina do mundo. O espetáculo do desmoronamento do World Trade Center, muito bem explorado, e os quase três mil mortos inesperados criaram a imagem de que o terrorismo assumia uma capacidade devastadora e que nele se concentraria a política externa norte-americana. Na expressão de Bush – “guerra ao terror”. Serviu, assim, de paramento para ocultar a emergência das tendências bélicas, as necessidades da potência de usar sua máquina de guerra e exercer a sua hegemonia nas novas condições que se abriam com a crise de superprodução.

A tentativa de atribuir ao ataque terrorista a causa da crise econômica nos Estados Unidos e da perturbação da “paz mundial” não passa de caricatura jornalística. As massas norte-americanas estão conhecendo a face do capitalismo imperialista da América do Norte e esperando que o espectro de 1929 não passe de uma sombra do passado e que logo se dissipe. O que não é o mais provável. O alto desemprego, a inadimplência das famílias americanas e os despejos, bem como os resultados desastrosos das ocupações do Afeganistão e Iraque com seus mais de 6 mil soldados mortos e milhares de mutilados, ofuscam o cerimonial dos 10 anos.

Na data trágica de 11 de setembro, a classe operária deve responsabilizar a burguesia americana pelos mortos do World Trade Center e pela matança no Irã e Iraque. E, agora, na Líbia.

UERN – 100 dias de greve: disposição de luta da categoria e método de luta fracassado

A greve dos professores da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte) completou 100 dias. A categoria demonstrou muita disposição de luta ao suportar um período tão longo de movimento.

O governo do Estado, Rosalba Rosado (DEM), respondeu com a intransigência, autoritarismo e interesse em privatizar os serviços públicos e sucatear o ensino superior gratuito. O governo iniciou não recebendo a direção do Sindicato (Aduern – Associação dos docentes da UERN). Depois do movimento deflagrado, tratou com indiferença, fez insinuações de que o PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) da categoria não tinha “embasamento jurídico” e demorava em responder as diversas contrapropostas da categoria. Após 60 dias de greve, o governo enviou uma proposta por escrito. Em todo esse percurso, ficou clara a tática de Rosalba para enfrentar a greve: esperou o tempo passar para pedir a abusividade do movimento na Justiça, aproveitando-se da lei antigreve. O governo da oligarquia Rosado (DEM) não tinha interesse em resolver o problema do sucateamento da UERN, mas de criminalizar o movimento.

O crescimento da UERN colocou demandas que as verbas

O significado mais profundo desses acontecimentos se encontra na impossibilidade do capitalismo continuar a desenvolver as forças produtivas e, conseqüentemente, empurrando inexoravelmente a humanidade para a barbárie.

Vivemos a época da barbárie ou do socialismo, da contrarrevolução e da revolução. O processo de restauração burguesa na ex-União Soviética, no Leste Europeu, na China e em Cuba deu prova suficiente de que o capitalismo não tem como se renovar. Nesses países em que a revolução proletária abriu caminho para a superação do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional, o triunfo da contrarrevolução, auxiliada pelo estalinismo, abre as portas para a barbárie. No entanto, não foi e não é possível eliminar o programa histórico do comunismo! Instintivamente, o proletariado e os demais explorados, bem como as populações oprimidas pelo imperialismo e seus aliados internos, começam a se movimentar em direção à expropriação da propriedade dos meios de produção e a sua transformação em propriedade coletiva. É mais provável que a crise de direção não seja resolvida rapidamente. Terá de percorrer um longo caminho de desintegração do capitalismo e de renhida luta de classes e de conflito entre nações. O fundamental é que amadurecem as condições para construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e para reconstruir a IV Internacional.

O terrorismo será erradicado não pela violência contrarrevolucionária do imperialismo, mas com as massas se dirigindo à revolução proletária.

Em defesa da autodeterminação das nações e povos oprimidos!

Enfrentar o imperialismo com o programa da revolução e ditaduras proletárias!

Responder à crise mundial com o internacionalismo proletário!

públicas não acompanharam. São tetos de salas de aulas que foram ao chão (duas só na Faculdade de Letras – FALA), turmas que não possuem salas de aulas (e o diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências, FAFIC ainda achou por bem disponibilizar os novos prédios construídos para salas individuais de professores), cursos com mais da metade dos professores substitutos (História por exemplo), fossas estouradas, etc. Um quadro, evidentemente, que remonta a governos anteriores, como o de Vilma de Farias (PSB), dissidente da oligarquia Maia e que contou com o apoio do PT e PCdoB, partidos que dirigem o movimento sindical docente da UERN há pelo menos 20 anos. O governo do DEM segue a política nacional da burguesia de arrochar o salário do funcionalismo público, sucateamento do ensino superior gratuito e criminalização dos movimentos de trabalhadores.

Duas diretrizes opostas para a greve

A Corrente Proletária Docente/POR tentou demonstrar aos professores que era preciso tomar as ruas, unificar com outras categorias do funcionalismo público em greve, ocupar prédios do governo, unificar a comunidade uerniana (estudantes e

funcionários em greve), enfim, radicalizar a ação direta coletiva para poder envergá-lo e conquistar as reivindicações. Defendemos que as Centrais sindicais convocassem uma plenária para discutir a greve, unificar as lutas em curso e mobilizar as categorias de trabalhadores da produção.

Depois de 90 dias de greve, infelizmente somente neste instante, a categoria percebeu que o governo Rosado (DEM) não iria ceder. Agora, espera sentada, a judiciação do movimento para poder determinar o retorno ao trabalho. Já são duas assembleias, em uma mesma semana, adiadas apenas porque o governo ainda não conseguiu a decisão judicial. A condução errada do movimento nos levou a um beco sem saída. Um proreitor interveio na assembleia e afirmou que a diferença do homem para o boi, quando a caminho do matadouro, era a sua consciência. Porém, caminhar para o matadouro passivamente é caminhar como boi. O Sintest, por exemplo, sindicato dos funcionários federais, ocupou a reitoria da UFRN. Buscou com

isso, responder ao governo Dilma (PT), que também arrocha os salários do funcionalismo e criminaliza o movimento, com a ação direta. O funcionalismo federal já realizou, até agora, duas grandes passeatas em Brasília. Na intransigência do governo do PT, os trabalhadores estão enfrentando com luta e avançando na radicalização. Esta é a postura.

O problema da greve dos docentes da UERN é que, desde o início, foi encaminhada passivamente. Principalmente o vice-presidente, PCdoB, opôs a todas as propostas da Corrente do POR em direcionar o movimento para a luta direta contra o governo. A postura atual, a espera passiva da condenação do movimento pela Justiça, é o prosseguimento da política passiva que dirigiu o movimento desde o início.

A Corrente Proletária Docente/POR espera que a categoria tire lições desta luta, percebendo a necessidade de constituir uma fração combativa na categoria para retomar o sindicato (Aduern) como instrumento de organização da luta coletiva direta.

A burocratização do Sindicato de Professores de SP – APEOESP

Congresso de 2010

Em uma das mesas de abertura do Congresso de 2010, um dirigente da CUT afirmava ser a APEOESP um dos mais democráticos sindicatos do país. Para a oposição sindical que há tantos anos tenta combater a direção pelega da Articulação/PT, a fala soou como irônica. Na verdade, além de seu aspecto superficial comparativo, a fala do burocrata cutista indicava um caminho que precisava ser percorrido: acabar com os traços de democracia que ainda restavam no maior sindicato do país.

Comparado a outros importantes sindicatos, como o dos metalúrgicos de SP, a APEOESP aparentava ser mesmo um paraíso de democracia. As assembleias eram abertas, grupos opositores tinham acesso às subsedes e as correntes opositoras, como PSOL e PSTU, conseguiam, inclusive, compor parte da Diretoria Executiva. O Congresso de 2010 objetivava dar um jeito nessa situação discrepante.

Nesse Congresso, aprovaram-se mudanças estatutárias que mutilaram a proporcionalidade existente (excluindo a oposição dos cargos importantes da Diretoria Executiva), impuseram restrições à atuação das subsedes e ampliaram cargos e o tempo de eleições para as regionais). Tentou-se, inclusive, votar a proposta de Assembleia fechada com apresentação de hollerith – proposta retirada de última hora. No entanto, o essencial foi votado e a burocratização aumentou.

Campanha 2011

Em 2011, novas eleições para o sindicato obrigaram a direção do PT a usar todo o seu aparato para vencer a qualquer custo o pleito. Rios de dinheiro foram utilizados para forrar o estado de SP com a campanha da Articulação Sindical. O resultado foi o esperado: com mais 63%, a Articulação tinha as mãos livres para agir. Expulsou a oposição dos antigos cargos e propagandeou sua vitória com as contribuições dos filiados.

Mas o processo não estava encerrado, duas novas páginas foram incorporadas a essa trajetória de burocratização. Agora,

em 02 de setembro, na reunião de conselheiros estaduais, a direção majoritária apresentou uma “proposta” de Regimento, que limitava a fala dos conselheiros e impunha uma proporcionalidade baseada na “força” das correntes que atuam no sindicato. Com isso, a maioria absoluta seria reservada para a Articulação e a minoria ficaria com a Oposição.

A situação obrigou todos os grupos opositores a se unificarem rejeitando o Regimento. Com a sua aprovação, entretanto, esses grupos, incluindo a Corrente Proletária, foram obrigados a se retirar da reunião do Conselho.

À tarde do mesmo dia, o golpe foi fechado com a intervenção da Articulação na condução da Assembleia Estadual. Primeiro, limitou a fala dos Conselheiros e Diretores, impedindo alguns de falar. Segundo e mais grave, desconheceu a vontade da maioria dos professores presentes na Assembleia e fez aprovar a contrapelo a proposta da direção, que era de não convocar mais nenhuma assembleia ou mobilização e aguardar as “negociações com o governo”.

Embora tenha perdido sua proposta vergonhosa, a direção passou por cima da votação, encerrou a Assembleia rapidamente e publicou já em seus informes os pontos “aprovados” na instância deliberativa. Se o golpe pela manhã ficou oculto dos professores, o golpe à tarde foi de conhecimento dos cerca de 5 mil que compareceram à Praça da República.

A burocratização é produto da estatização sindical

A APEOESP, como outros sindicatos, participa atualmente do governo. A presidente Bebel faz parte do Conselho Nacional de Educação. Por ter passado os últimos anos defendendo a política do governo federal do PT, não pode, nesse momento, opor-se à política educacional implantada no estado de SP, porque esta reflete aquela.

A política de Fundos, a reforma do Ensino Médio, a reforma da Previdência são pontos em comum que atingem todas as esferas e repercutem nos ataques sofridos no interior da rede estadual de ensino. É uma necessidade para a burocracia

fechar o sindicato, impedir a participação das oposições e anular as assembleias como instrumentos de organização e luta. Somente assim conseguirá sustentar-se no aparelho sindical. A política estatizada tem como método o ataque à democracia operária.

Todavia, a força dessa burocracia não é imanente, não decorre apenas de sua política e de seus métodos, ela é alimentada pela fraqueza organizativa e política dos grupos de Oposição, capitaneados pelo PSOL e PSTU.

A necessidade de unificar as oposições na defesa da democracia sindical e da independência política impõe um trabalho

frentista, que quase nunca as maiores correntes de Oposição estão dispostas a realizar. As divisões favorecem a burocracia, a política de colaboração e os traços burocráticos também.

A Corrente Proletária/POR tem como política erguer a Oposição Unificada como uma fração de luta contra a burocracia. A defesa das plenárias conjuntas, da discussão e deliberação de propostas, da campanha unificada de visita e mobilização nas escolas faz parte de um processo maior de independizar o sindicato dos governos. Varrer a burocracia do sindicato é a tarefa colocada para a situação e somente será alcançada com mobilização e luta de todos os professores.

REDEFOR – pós graduação de alta lucratividade para os capitalistas

Em 2.010, o governo do Estado de São Paulo lançou o programa de Pós-graduação gratuita para os professores da rede – o REDEFOR (Rede São Paulo de Formação Docente). É um curso a ser desenvolvido em parceria com as principais universidades públicas do Brasil USP, UNESP e UNICAMP.

O governo fez uma grande divulgação desses cursos, que em sua maioria serão ministrados à distância. Os professores da rede viram nisso uma oportunidade ímpar de “evoluir” na famigerada carreira. A maioria pensou na recompensa salarial futura, ainda que pequena. Poucos se viram aprimorando seus estudos para aplicá-los na sala de aula. Trocando em miúdos, a maioria achou que era possível unir o útil ao agradável: ter valorização profissional com recompensa salarial, e tudo isso pelo custo ZERO!

Assim, a inscrições superaram a quantidade de vagas oferecidas. Muitos se inscreveram, achando que seriam selecionados dada a necessidade de professor “qualificado”. Tão logo terminou a fase de inscrições as ilusões de uma parcela caíram por terra. Somente 10 mil foram selecionados, os que preenchiam os requisitos impostos pelo funil da Secretaria da Educação: obrigatoriedade de participarem todos os professores de uma mesma escola, o diretor, o supervisor e o dirigente regional de ensino.

De cara, esse fação revelou a falsa democracia desse governo burguês. Que nem esse ensino barato e precário, ele está disposto a dar a seus escravos.

Iniciado o curso com esses dez mil professores, a realidade veio à tona para mais uma parcela. Perceberam que caíram no conto do ensino mercantilizado, onde o capitalismo dita as regras. Esse curso não serve para nada, deseduca. Ilude o professor com as novas “tecnologias”, com as novas metodologias que supostamente poderiam ser aplicadas em sala de aula. Inventaram que os alunos vão participar e assimilar, nessa escola decadente. Essa é a visão acadêmica burguesa, que está pouco interessada no trabalho destes profissionais assalariados, tampouco na aprendizagem dos alunos empobrecidos. Ela quer saber apenas

de números, dos seus negócios, do seu faturamento.

Os professores-alunos por sua vez, estão cansados do trabalho embrutecedor da sala de aula, da jornada estafante, do salário que não sustenta sua família, e ainda, arranjaram mais um problema, não conseguem esclarecer suas dúvidas do curso, porque as máquinas são repetitivas. Desta forma, se vêem obrigados a abandonar essa excrescência, mesmo sabendo que terão um ônus alto a pagar. Perceberam que essa especialização precária virou uma extravagância diante de nossas vidas empobrecidas.

Hoje depois de um ano, as primeiras turmas contam com menos da metade dos matriculados. Ou seja, a evasão foi em média de mais de 50% dos alunos em cada especialidade.

O governo volta a oferecer mais 16 mil vagas. O interesse da classe já não é mais o mesmo, pois os professores estão vendo a enganação desse governo, que insiste em adestrar os professores, obrigando-os a decorar e repassar o conteúdo das cartilhas para os alunos e fazer de conta que a educação melhorou.

O governo está a serviço dos capitalistas da educação. Enche os bolsos dos poderosos fazendo parcerias com empresas privadas. Elas desenvolvem todo o curso, desde o sistema operacional, até a contratação dos tutores. Os cursos à distância dão muita lucratividade, pois as empresas não precisam contratar professores, apenas tutores. Não precisam de espaço próprio, pois usam os polos semipresenciais do próprio governo. Vendem os programas e softwares, para os governos a preço de ouro. No final, o que vale é a quantidade de usuários. Aprendizagem, está fora de cogitação. O máximo que pode ocorrer é a formação de adestrados, copistas.

Devemos rechaçar o Ensino à Distância e todo o entulho capitalista na educação.. A verdadeira aprendizagem, depende de uma nova escola e de uma nova sociedade, onde não pode haver a exploração do homem pelo homem.

A luta pela nova sociedade começa pela destruição das tradições dessa velha sociedade capitalista mercantil.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Caraguatatuba

Campanha contra a municipalização do ensino

Desde a criação do FUNDEF, por FHC, todos os sindicatos ligados à Educação colocaram-se contrários à municipalização. Nos anos do governo do PSDB, houve alguma luta e discussão contra a municipalização das redes estaduais. CNTE, APEOESP e outros sindicatos pelo país lançaram estudos, boletins e materiais diversos.

O problema é que a crítica era pontual. A defesa do ensino público, gratuito, laico, presencial e oposto ao ensino privado nunca fez parte realmente do programa das direções sindicais. Mudado o governo, de PSDB para PT, e mudado o nome do Fundo, de FUNDEF para FUNDEB, os antigos críticos tornaram-se defensores da política do MEC.

As prefeituras petistas também começaram a municipalizar; os sindicatos, sob a direção do PT, aprovaram em suas instâncias (congressos, conferências, reuniões de representantes, etc.) o apoio ao FUNDEB. Não podiam, no entanto, do dia para noite, negar a crítica à municipalização. Silenciaram então sobre o assunto: nada de mobilização, nada de materiais, nada de críticas. A política era a seguinte: *“somos contrários,*

mas não organizamos nenhuma luta contra a municipalização, pois é através dela que o FUNDEB chega a todos os rincões do país”.

Esta se tornou a política também na APEOESP. Nas subseções do interior, onde continua ocorrendo a municipalização, nada se faz para barrar o processo. A justificativa das burocracias regionais é que “os professores querem a municipalização” e que poucos conselheiros não podem lutar sozinhos contra as prefeituras. Assim, passam-se os anos, mais escolas são municipalizadas e nada é feito.

Reunião de Representantes aprova Campanha contra a Municipalização

Na subseção de Caraguatatuba, Litoral Norte de SP, tem se passado o mesmo que nas outras subseções do interior. As municipalizações ocorrem sem qualquer oposição. A justificativa é sempre a mesma.

A Corrente Proletária fez aprovar na última reunião, do dia 11 de agosto, um boletim especial contrário à municipalização e uma campanha de visita às escolas para

discutir com os professores os problemas. A Articulação Sindical/PT, majoritária na região, queria aprovar junto à Campanha uma “consulta”, em forma de plebiscito, para saber a “opinião dos professores”. A manobra era clara: se eles próprios afirmam que, imediatamente, os professores são favoráveis, qual seria o resultado imediato dessa consulta? A defesa da municipalização, o que justificaria o imobilismo da direção!

Felizmente, os professores presentes à reunião compreenderam a manobra e votaram por maioria contrários à consulta. No entanto, passado um mês da votação, a direção da regional não encaminhou ainda nada. O texto que aprovamos na reunião ainda não se transformou em boletim e nenhuma campanha foi levada à frente. O desrespeito com a soberania das decisões da base tem se tornado frequente.

A Corrente Proletária continuará denunciando a municipalização e organizando os professores para se opor a ela, do mesmo continuaremos a pressionar a burocracia para levar a frente a Campanha e impedir que mais escolas sejam municipalizadas.

Londrina: Eleição do DCE

A tarefa é derrotar a UJS

A última diretoria eleita para o DCE da UEL foi hegemônica pela UJS. Durante todo o seu mandato não organizou nenhuma luta, não chamou assembleias e, ao invés de armar os estudantes para conquistar as suas reivindicações, tentou atrelar o ME à reitoria, chegando a propor um plano de assessoria estudantil, ou seja, um órgão da Reitoria para organizar a colaboração do DCE e dos centros acadêmicos com a burocracia universitária. A calourada 2011 foi um exemplo claro, teve palestras despolitizadas como “empreendedorismo” que, além de tudo, estimula a ideologia liberal entre os estudantes. Por isso, e pelo papel que a UJS desempenha no plano nacional – sustentação da política do governo –, é urgente que os estudantes da UEL se organizem para derrotar esta corrente contrarrevolucionária nas eleições que ocorrerão no mês de setembro deste ano.

A Corrente Proletária na Educação/POR sempre defendeu junto aos estudantes e às correntes a urgência de uma frente com a finalidade de expulsar a UJS e recuperar o DCE para organizar as lutas estudantis. Sempre fez a defesa de que as diferenças políticas entre as correntes que atuam no movimento não podem ser obstáculo para estruturar essa frente política. O PSTU, inicialmente tentou ignorar a necessidade de uma frente e, mais do que isso, chegou a expulsar a Corrente Proletária de

uma plenária convocada para discutir a constituição de uma chapa pelo fato de ter feito críticas à atuação deles e às manobras para dificultar a participação da Corrente Proletária no congresso da ANEL. Apesar disso, insistimos na necessidade de uma frente, e o grupo partidário da ANEL voltou atrás, chamando uma plenária para estruturação da chapa e um programa que refletisse as posições dos estudantes e correntes participantes

As plenárias não conseguiram formular um programa e muito menos colocar no centro das reivindicações da chapa a expropriação sem indenização do ensino privado. A bandeira central estabelecida na plenária, por exemplo, é a de ampliação do R.U. Enquanto a campanha contra a mercantilização e desnacionalização da educação comparece de forma secundária. Predominou a campanha dos 10% para a educação no PNE.

A Unidade da frente, portanto, deve girar em torno das bandeiras que unificam e da tarefa comum de expulsar a UJS. A chapa resultante das plenárias deve lutar pela independência do movimento estudantil em relação aos partidos da burguesia, ao Governo Federal e Estadual e a Reitoria. E implantar a democracia das assembleias e o método da ação direta.

Assim a Corrente Proletária na Educação é parte integrante na chapa e levanta as bandeiras da unidade de luta para que-

brar a linha governista que a UJS construiu na gestão anterior; de livre acesso para a Juventude; fim de todas as taxas, voto universal na escolha dos cargos; soberania da assembleia geral universitária; expropriação do sistema de ensino privado sem indenização e constituição de um sistema único de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social; e total

apoio às lutas que do Comitê do Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo, que são: contra a demissão dos cobradores de ônibus, passe livre para estudantes e desempregados, expropriação do transporte coletivo e controle dos trabalhadores e salário mínimo vital para responder à alta das tarifas, do custo de vida e para combater a miséria.

Sem a assembleia dos 6 Campi da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o MEPR abre as portas do Diretório Central dos Estudantes

O DCE estava de portas fechadas há alguns meses, devido ao racha que houve na gestão da chapa “UNIR PARA UNIR”, composta pelos estalinistas e reformistas do PCdoB/PT. Em 19/08, os maoístas do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) uniram-se aos integrantes de nove CAs e decidiram abrir as portas do DCE. Chamaram um chaveiro e trocaram a fechadura. Procuraram se legitimar sem o reconhecimento da maioria estudantil, tomando para si a gestão da entidade até a próxima eleição, que acontecerá em outubro.

Não foi convocada uma assembleia estudantil para aprovação dessa gestão interina por temerem a desaprovação da ação realizada. Só convidaram os CAs que concordavam com a sua política. Ao apoderar-se do DCE, lançaram uma carta aos estudantes com o título “Retomar o caminho da luta independente e combativa no Diretório Central dos Estudantes da UNIR”. O MEPR dirigiu o DCE por 4 anos e perdeu as eleições em 2010 para o grupo que fechou as portas.

O MEPR não respeita a assembleia estudantil

Depois que abriram as portas do DCE, fizeram uma “Carta Aberta” para buscar apoio dos estudantes. Trata-se de uma violação à democracia estudantil não deixar que a assembleia decidisse o que fazer com o DCE. A atitude de buscar apoio depois do ato consumado só confirma nossa avaliação sobre o autoritarismo do MEPR.

A Carta Aberta” contém em 6 pontos: 1) saúda aqueles que referendaram o ato de abrir o DCE; 2) caracteriza a Gestão “Unir para Unir” – Chapa ad-

versária que disputou com eles a eleição passada; 3) avalia como retrocesso a presença da gestão dos estalinistas e reformistas (PT/PCdoB) e exalta os 4 anos que estiveram no DCE; 4) retoma a caracterização da gestão que abandonou o DCE dando um outro título ao grupo, chamando de gestão “Volto Nunca Mais”, e explicita o interesse da administração superior de tomar a sala onde funciona o DCE; 5) faz uma análise brevíssima em seis linhas sobre as lutas nacionais e internacionais da educação; 6) diz que em decorrência da conjuntura, o DCE tem o papel central contra o desmantelamento das universidades.

A ação imediata da gestão interina

Orientados pela gestão do MEPR, procuram dar continuidade a confecção de carteirinhas. Demagógicamente, afirmam que é urgente a organização dos estudantes em torno das lutas contra a destruição da universidade. Na prática, prevalece a visão aparelhista em torno das carteirinhas.

Certamente, a experiência que os estudantes tiveram com a gestão de 4 anos indica que o MEPR não fará do DCE um instrumento de luta contra o desmonte da universidade e contra as medidas governamentais que atingem a educação pública. Nesse período em que foi direção, foram raras as assembleias e não houve a convocação do Congresso Estudantil, para aprovar a linha de atuação na universidade.

Os problemas na universidade se avolumaram. A privatização ganhou força e as denúncias de corrupção em torno das verbas gerenciadas pela Fundação Riomar são grandes. O movimento estu-

dantil necessita de uma direção política capaz de organizar a luta em defesa da educação gratuita. Essa tarefa só poderá ser cumprida por uma direção que leva a fundo às decisões das assembleias estudantis.

A posição da Corrente Proletária Estudantil

A Corrente Proletária vem denunciando o desmonte da UNIR e das demais universidades públicas. Tem defendido a organização dos estudantes por meio de seus organismos, CAs, DCEs. Faz um trabalho de combate às posições estalinistas e petistas, que são pró-capitalistas e pró-governo Dilma. Na tomada do DCE, posicionou-se contra o método usado e mostrou que as decisões devem ser coletivas, portanto, da assembleia estudantil. Do ponto de vista geral, faz a campanha em defesa das reivindicações vitais dos explorados contra as medidas do governo burguês de Dilma. Colocou-se ao lado dos estudantes chilenos na dura luta contra a privatização da educação. É fundamental dizer que a Corrente Proletária tem em seu programa a luta estratégica pelo fim do sistema capitalista, por meio da revolução social, única forma de instaurar o socialismo.

Dizemos aos estudantes que o DCE carece de uma direção revolucionária, capaz de levar avante a unidade dos estudantes com os explorados, em particular com a classe operária. Uma direção que tem em seu programa a defesa da universidade pública, gratuita, laica e vinculado à produção social. A construção dessa direção é a tarefa colocada pela Corrente Proletária.

Grito dos excluídos e suas manifestações

O 7 de setembro teve manifestações em várias cidades pelo país. O chamado “Grito dos Excluídos” tem sido utilizado por setores da Igreja católica como meio de expressar sua política reformista, chamada de “inclusão social”. Todos os anos, se convocam os oprimidos a marchar para pedir as chamadas políticas afirmativas, que não expressam as necessidades do conjunto dos explorados e são voltadas ao parlamento e às instituições da burguesia, sem se chocar com o capitalismo.

Este ano, além das marchas do Grito dos Excluídos, um setor da burguesia e da Igreja orquestrou algumas manifestações convocadas, segundo seus organizadores, contra a corrupção. Para fazer um falso paralelo com as manifestações do norte da África, foi feita uma convocação pelas redes sociais da internet, que chamava ao ato e impunha suas condições para a participação: não se poderiam usar camisetas, faixas ou bandeiras de partidos, sindicatos ou outras organizações.

Esse tipo de manifestação expressa de um lado a política do PT à cabeça do Estado burguês, que se revela corrompido e estatiza as organizações de massa, anulando-as frente às necessidades dos oprimidos de lutar contra os efeitos da crise capitalista que se manifesta; de outro, uma tentativa de desviar as massas do combate por suas reivindicações e necessidades mais sentidas para a disputa interburguesa que se realiza ao redor das denúncias de corrupção e que, sem uma política de independência de classe que aponte para os tribunais populares para julgar e punir a burguesia por seus crimes de classe, restringe as disputas às instituições dominadas pela própria burguesia, que jamais julgará e punirá a si mesma.

A emancipação dos oprimidos depende de sua unidade e centralização nacional de suas lutas, com uma política de independência de classe, oposta portanto aos partidos e organizações da burguesia em seu conjunto. O que quer dizer construir seu partido revolucionário, que expressa a independência de classe em seu programa, sua política e sua organização.

Rondônia

A farsa do patriotismo no dia 7 de setembro camufla a opressão de classe

Como uma nação pode festejar independência se os governos desta nação põem de pé as políticas ditadas pelos países imperialistas que fazem elevar as estatísticas de mais de 16 milhões de pessoas em situação de extrema miséria, marcados pela fome, que assola o país em todos os recantos!

Em Rondônia, dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Social à Fome (MDS), apontam que são 119.367, dos quais 29.708 estão em Porto Velho.

As massas são iludidas com as campanhas governamentais assistencialistas. Para isso, o governo Federal criou o Programa “Brasil Sem Miséria”. Enganam os trabalhadores e seus filhos dizendo “garantir” o acesso aos serviços sociais.

Ao invés de abrirem postos de trabalho ludibriam e acorrentam as massas aos vis interesses eleitoreiros, alimentados pelas políticas assistencialistas. Com isso, tentam acalmar a fúria dos desempregados e explorados por meio de “ajudas” com migalhas.

Na Capital, a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) indica a criação de um comitê para dirigir o que eles chamam de “enfrentamento da miséria”. Conforme Mônica Sampaio, do Departamento de Proteção Social Básica da Semas, “a primeira fase do programa corresponde à identificação das pessoas em extrema pobreza”

Dizem querer aumentar o “Bolsa Família” e inventam o Bolsa Verde, para as famílias em extrema pobreza que contribuem para a preservação ambiental. Na verdade, um valor

simbólico de apenas R\$ 300.

Mas todos os anos, no dia Sete de Setembro, estes opressores do POVO estão lá na avenida central da cidade e conclamam estudantes e trabalhadores a se fazerem presentes no grande teatro da burguesia nacional. Esta, sim, tem o seu esplêndido bem estar para comemorar.

As escolas são convidadas a plantar ilusões na cabeça dos alunos e suas famílias, que são convidadas a participarem deste circo. Selecionam os alunos e representações que possam retratar o perfil que mais agrada a classe dominante na exposição de sua glória e bem estar. Envenenam a consciência dos pobres e oprimidos! Nas avenidas, destacam o êxito dos heróis como referência aos trabalhadores, que devem a exploração do trabalho e a concentração de riquezas nas mãos da minoria burguesa.

Quanto melhor representem a subserviência aos patrões, mais serão bem aplaudidos por aqueles que se encontram nos confortáveis palanques da avenida.

Para a dor e o sofrimento não existem fronteiras. Que “Pátria” é essa de “Todos”! que deve ser enaltecida e comemorada nesta data como “Independente! Por que as massas compostas de milhares de camponeses, operários e trabalhadores em geral e suas famílias são conclamadas para apreciarem nas avenidas o “grande teatro”, que tem clara intenção de obscurecer as formas de exploração do capital e manter todos submissos aos seus interesses.

Karl Marx e Engels dizem, na obra “O Manifesto do Partido Comunista” que o “Proletariado não tem Pátria”, tem apenas a sua força de trabalho para vender. E o que ocorre com a maioria oprimida, responsável pela construção da riqueza no país e por estas razões é impossível conciliar o inconciliável – juntar patrões e empregados num festejo cujos beneficiados pela “Pátria Independente” são estes que vivem as expensas do suor alheio (operários camponeses e trabalhadores em geral).

Manifesto do POR ao Grito dos Excluídos

O grito dos excluídos, para se converter em ação de resistência dos explorados, precisa surgir da vontade das massas se libertarem da opressão de classe e conquistarem o direito de usufruir dos bens materiais e culturais, que são produzidos pela ação coletiva dos operários, camponeses e demais trabalhadores.

Sabemos que esse grito foi construído e promovido pela Igreja Católica e apoiado pelos movimentos sociais, com uma conotação humanitária e de reivindicações democráticas burguesas. A pretensa vontade de atenuar a miséria nos marcos do regime de exploração da minoria sobre milhões de pessoas, não passa de uma mentira e hipocrisia.

O grito dos excluídos no dia sete de setembro em Porto Velho, antes da vitória de Lula, unificava vários segmentos de luta levando à avenida milhares de pessoas de diversas organizações de luta e movimentos sociais como o MST, MAB, Pastorais da Igreja, estudantes universitários e partidos de “esquerda”. Hoje, vê-se que seu objetivo era eleitoral.

Rio Grande do Norte

No lugar do grito dos excluídos – uma procissão

Ocorreu em Natal no dia 06 de setembro o ato do grito dos excluídos. A atividade contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas. A proposta de mudança de data do dia 07 para o dia 06 foi uma conciliação das correntes políticas (PT e Consulta Popular) com a Igreja Católica. O argumento do padre era de que a mudança de data evitaria a possibilidade de confronto com o desfile militar.

Os movimentos sociais MST e MLB que tradicionalmente construíam o ato não compareceram, no entanto alguns dirigentes estavam lá. O local da concentração foi mal divulgado, tendo possíveis locais e no fim aconteceu num dado lugar não divulgado (Entrada do bairro de Mãe Luiza).

Quanto ao local a Consulta Popular expressou que precisávamos englobar as comunidades mais carentes e que aquela escolhida representava todas as comunidades e quanto à mudança de data foi porque não só dia 07 de setembro é dia de luta. No fim das contas, a comunidade de Mãe Luiza não participou da atividade. A política pacifista impulsionada pela igreja católica e a postura conciliadora das direções do movimento constituem um entrave para que o grito dos excluídos expressem as reivindicações mais sentidas dos explorados.

A marcha do grito dos excluídos se confundiu com uma procissão por conta da presença massiva e majoritária dos integrantes da igreja. Durante a caminhada, que em muito se

O grito dos excluídos no Estado de Rondônia deveria ser um grito das massas contra o desemprego, a fome e miséria que atormentam as aldeias indígenas e demais oprimidos, contra a destruição dos mananciais de água, de fontes naturais de riquezas que alimentam os ribeirinhos; contra a expulsão das populações indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhas de suas moradias tradicionais, contra a construção das hidrelétricas no rio Madeira; contra a exploração dos operários que estão sendo escravizados na construção da obra das hidrelétricas.

Deveria ser um grito de denúncia e cobranças quanto ao levante dos operários das usinas de Santo Antonio e Jirau e o silêncio das entidades de classe quanto às estatísticas dos desaparecidos no momento do levante; contra a exploração do trabalho e em defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores (emprego com salário mínimo vital, escola, lazer para a juventude, moradia e terra aos camponeses pobres).

O Partido Operário Revolucionário/POR defende no Grito dos Excluídos a ação direta e o programa de um governo operário e camponês. Levanta a bandeira da Revolução e Ditadura Proletárias e da defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores, para derrotar o capitalismo e construir o Socialismo, como condição para resolver definitivamente os problemas que afligem os explorados.

Viva a Revolução Proletária!

Só através dela teremos a verdadeira independência nacional e construiremos a sociedade sem exploradores e explorados.

confundiu com uma procissão de beatos, o padre que coordenava o evento pediu de forma grosseira que a Kizomba (PT) retirasse uma faixa lilás com escritos: Legalização do aborto já! KIZOMBA. A militante do PT que levava a faixa sugeriu que fosse tirada a faixa. Mas as bases que levavam a faixa disseram que se a faixa saísse todas elas saiam junto o que terminou obrigando o PT a levar a faixa até o final da procissão, convocada como Grito dos excluídos.

E em mais uma atitude truculenta do Padre que durante a caminhada inspecionou bandeiras e faixa e nas raras e curtas falações esteve sempre ao lado do microfone para coagir e ameaçar os estudantes.

O PT quando teve a oportunidade de falar e em nenhum momento tocou no impasse da faixa, nas questões do aborto e muito menos denunciou a postura do padre. Em dado momento, a consulta popular teve voz e defendeu claramente a legalização do aborto e o direito da mulher, claro que escoltado pela pouca militância que ali estava e sobre o olhar ameaçador do “padre policial” e diáconos e das ferventes críticas de uma beata.

O que ficou claro no ato é a política conciliadora do PT, e passividade das demais correntes e a ausência da base deram força à postura reacionária da Igreja, que ditou as regras ao Grito dos Excluídos, que não passou de uma procissão.

Notas de Formação Política

O Partido tem organizado, no litoral paulista, grupos de estudo e formação política em torno de textos fundamentais do marxismo. Reunimos trabalhadores da educação e estudantes para discutir o Manifesto Comunista e outros textos. Vamos, a partir dessa edição, apresentar algumas notas com os conceitos estudados para socializar com o conjunto da militância e da vanguarda.

Manifesto do Partido Comunista

- O Manifesto é o primeiro programa da classe operária, no período em que despontam as lutas mais organizadas dos trabalhadores na Europa e na América do Norte. Seu objetivo inicial era difundir as ideias do socialismo moderno, o socialismo científico. Em poucas décadas, tornou-se o texto político mais importante para os assalariados de todo o mundo.
- A introdução do Manifesto busca apresentar a ideia de que os comunistas já são reconhecidos e temidos pela classe burguesa, porque expressam as tendências revolucionárias dentro do movimento operário.
- A definição de História como sendo a história da luta de classes permite compreender os diferentes sistemas que marcaram e marcam todas as sociedades humanas já existentes. Com exceção das comunidades primitivas, da Antiguidade à época atual opõem dois lados: o dos explorados e oprimidos e o dos exploradores e opressores.
- A luta de classes é o motor da História, das grandes transformações que permitiram avançar de um modo de produção para outro: do escravismo para o feudalismo e deste para o capitalismo.
- A burguesia moderna é fruto de profundas transformações econômicas, sociais e políticas, mas quando chega ao poder geral da sociedade, torna-se uma classe contrária às transformações e, de revolucionária, passa a ser já no século XIX uma classe reacionária.

Do Socialismo utópico ao Socialismo científico

- O texto de Engels é uma tentativa de explicar a origem do socialismo moderno a partir de três campos: o da política propriamente dito, o da filosofia e o da economia. Mostra como o desenvolvimento histórico permitiu que surgissem ideias e concepções que refletiam a luta de classes e as contradições próprias do modo de produção capitalista.
- Na 1ª Parte, Engels expõe os conflitos políticos que deram origem ao socialismo científico: o longo processo de transformação da sociedade feudal para a sociedade capitalista arrastou classes e camadas de classe para a luta política. As sublevações revolucionárias que ocorreram o foram o fermento para o desenvolvimento de ideias políticas ligadas, primeiro, às camadas burguesas, depois às pequeno-burguesas, até chegarem a defender os interesses dos despossuídos (os assalariados modernos). Iluministas, comunistas e socialistas reacionários expressavam os choques de classe e a mudança dos modos de produção.

- Com a supremacia do regime político burguês, o conflito passou a ser entre burguesia e proletariado, surgem os primeiros socialistas a defenderem abertamente a melhora nas condições de vida dos trabalhadores e crítica os métodos burgueses de exploração. Surgem nomes como o de Saint-Simon, Fourier e logo de Robert Owen, os quais buscam a partir de formulações gerais e experiências práticas reformar o modo de produção capitalista, dando dignidade aos operários modernos.
- Como o socialismo então pregava métodos pacíficos e não chega às raízes da crítica à exploração do trabalho, possível apenas com a descoberta da mais-valia, feita por Marx, esse socialismo mostrou-se logo inofensivo para as classes dominantes. O máximo que conseguiram esses reformadores é desenvolver a ideia de oposição entre os interesses proletários e burgueses e, em alguns casos, melhorar a situação de uma pequeníssima parcela da classe operária (como no caso das fábricas administradas por Owen).

Venha para Plenária da Corrente Proletária na Educação
Lançamento da Revista Proletária da Educação
 (A educação na crise do capitalismo)
Com a participação de professores que fizeram 82 de greve no Rio Grande do Norte



Sábado 10/09 às 16 h Sala 1 CH1 da História - UFC/Benfica

Corrente Proletária Na Educação

Escreva para Nosso E-mail: por-ce@bol.com.br
 Visite nosso site:

2ª quinzena Agosto 2011



Boletim do Partido Operário Revolucionário / POR

Nesta edição:

- PSTU/LIT-QI insiste que Cuba já é capitalista
- Protestos por ensino público e gratuito chocam-se com política educacional de Pinochet a Piñera
- Lula tira a pele de cordeiro revelando-se como um agente reacionário das multinacionais
- 71 anos do assassinato de León Trotsky

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



PSTU/LIT-QI insiste que Cuba já é capitalista

A Revista Correio Internacional, junho de 2011, da Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-QI), divulgada pelo PSTU, traz um artigo “O VI Congresso do PCC reafirma a restauração capitalista”. A tese de que a revolução cubana foi totalmente desmontada, a economia convertida em capitalista e o Estado transformado em burguês já era divulgada há algum tempo. De nossa parte, havíamos rejeitado essa caracterização da corrente morenista, revisionista do trotskismo, portanto, do marxismo.

O VI Congresso do Partido Comunista Cubano veio a calhar à LIT/PSTU. Estaria confirmando a posição internacional do morenismo, rechaçada tanto pelo trotskismo quanto pelos adeptos do castro-guevarismo. A insistência da LIT/PSTU nos obriga a contestá-la, uma vez que falseia a realidade em nome do marxismo e da IV Internacional. Não coincidimos em nada com os defensores da ditadura burocrática dos Castros, a não ser com a rejeição de que Cuba já é capitalista. Ainda assim é preciso aclarar que os castro-guevaristas também falseiam a realidade desconhecendo que há um processo de restauração capitalista e que a ditadura burocrática é a responsável.

Cuba ainda preserva conquistas fundamentais da revolução de 1959, mas, ao mesmo tempo, atravessa um período de restauração, que despontou na década de 90, como parte da desintegração do poder estalinista, a partir da ex-União Soviética. Podemos afirmar com segurança que as conquistas socialistas em Cuba constituem o elo mais resistente das revoluções sociais que expropriaram a burguesia em vários países no século XX. Ou seja, a propriedade estatal é a mais retardatária no processo geral de seu desmoronamento e de consequente restauração burguesa.

As revoluções que transformaram a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social somente se concretizaram com a derrubada da classe capitalista do poder do Estado e com a edificação do Estado operário. Cuba não fugiu a essa lei histórica, embora a revolução não tenha sido dirigida por um partido comunista, marxista-leninista-trotskista. O movimento pequeno-burguês revolucionário 26 de julho, de orientação nacionalista, foi obrigado sob o impulso do proletariado e das massas camponesas insurretas e da pressão contrarrevolucionária do imperialismo a estabelecer a ditadura revolucionária e a expropriar a oligarquia capitalista. A restau-

ração implica não só a reconversão na economia mas também no Estado. A burocracia estatal e o partido que a comanda dão lugar à reconstituição da burguesia como classe exploradora.

Como se vê, a burocracia serve de canal da política do imperialismo de recuperar a propriedade privada dos meios de produção e de reestruturar a classe capitalista interna desintegrada pela revolução. A pequena propriedade e as camadas da pequena burguesia que se conservam ou que são restabelecidas, como estão ocorrendo em Cuba, servem de base social para o avanço da burocratização do Estado operário e para o movimento de restauração. No entanto, a reconquista burguesa vem pela intervenção da grande propriedade dos meios de produção, no caso, do capital internacional. A restauração, em última instância, é obra do imperialismo. É claro que não poderia fazê-lo sem alimentar o fortalecimento da pequena propriedade e da pequena burguesia ou sem recriá-las. Observa-se também que parte da burocracia vai se desdobrando em proprietários, de forma a reconstituir a burguesia interna. Sem um rigoroso estudo da situação da propriedade, das transações comerciais, da acumulação privada e da reorganização do Estado como ditadura de classe da burguesia não se pode ser definitivo na caracterização de que a restauração se completou.

A LIT/PSTU se apega a alguns elementos contraditórios com a economia estatizada e apoiada em determinadas particularidades as generaliza. É o caso da introdução do capital estrangeiro na rede hoteleira, na prospecção de gás e petróleo, na concessão de terras para exploração privada. Tais aspectos tão somente atestam que a direção castrista passou de instrumento da revolução para conduto da restauração, sob a pressão do imperialismo. As novas medidas aprovadas no VI Congresso do PCC e referendadas pela Assembleia Nacional expressam as diretrizes pró-capitalistas que impulsionam as atividades econômicas privadas, a começar pelos pequenos negócios. Em grande parte da economia, não obstante, continua estatal. E o monopólio do comércio exterior não foi completamente destruído, ainda que debilitado pelo regime cambial.

Que importância tem, afinal de contas, para os marxistas, a divergência em torno da caracterização se Cuba já é capitalista ou não? A importância está em que se se coloca o programa da revolução social ou da revolução política. Dizemos, ao contrá-

rio da LIT/PSTU, que a tarefa da classe operária cubana é de se organizar para derrubar a ditadura burocrática dos castros, de estabelecer um governo operário e camponês que expresse a ditadura de classe do proletariado, único regime capaz de estancar o processo restauracionista e reagir às pressões do capital imperialista. A posição dos morenistas desemboca na tarefa de uma revolução proletária contra uma burguesia cubana não

reconstituída e de destruição de relações capitalistas de produção dominantes não existentes. Ao se colocar num terreno constituído subjetivamente, portanto, fictício, a LIT/PSTU se revela incapaz de estabelecer uma política revolucionária de defesa das conquistas da revolução cubana e de desenvolver a política internacional do proletariado contra o fenômeno estalinista de restauração burguesa das revoluções sociais.

Revelações sobre a invasão da Baía dos Porcos

Foi necessária uma ordem judicial, impetrada pelo National Security Archive, da Universidade George Washington, para que o governo liberasse documentos da CIA sobre a tentativa dos Estados Unidos de derrubar o governo revolucionário de Cuba e assassinar Fidel Castro. O presidente John F. Kennedy autorizou uma operação de invasão da ilha, a começar pela Baía dos Porcos, desembarcando na Praia Girón um batalhão de exilados cubanos. A operação pretendia ser reconhecida como uma reação de forças cubanas. A CIA os armou e preparou para que tudo transparecesse uma reação legítima de parte do povo cubano.

Os contra-revolucionários a serviço do imperialismo não contavam com a capacidade de defesa dos revolucionários. E contavam com a retaguarda militar da potência norte-americana. No entanto, o governo Kennedy não pretendia, pelas circunstâncias internacionais, invadir Cuba com forças próprias e restabelecer o Estado burguês. Foi convencido pelo Departamento de Estado que bastaria o armamento do contingente cubano opositor, que fugiu da revolução.

Em três dias, os invasores foram derrotados. Morreram 118 contra-revolucionários e 176 revolucionários. Em meio aos in-

vasores, atuavam agentes da CIA. Sem que soubessem, alvejaram aviões de guerra norte-americanos, camuflados de forma a aparecer com os da Força Aérea cubana. Ou Estados Unidos revelavam suas verdadeiras intenções colocando sua poderosa máquina de guerra contra Cuba que derrotava a tentativa de invasão, ou assimilavam a derrota. Ocorreu a segunda possibilidade. O fato fortaleceu a revolução de 1959.

Entre as informações desse período, encontrou-se registrada uma operação da CIA, que envolvia a máfia, para assassinar Fidel Castro. Esses são os métodos do imperialismo para sufocar a revolução. A invasão da Baía dos Porcos ocorreu em abril de 1961. Passaram 50 anos, os Estados Unidos impuseram brutal cerco econômico à ilha. A heróica tomada do poder pelo Movimento 26 de julho e a brava defesa da autodeterminação de Cuba, dois anos após a revolução, está sob a ameaça do processo de restauração capitalista.

Os marxistas-leninistas-trotskistas sempre se colocaram pela defesa incondicional de Cuba contra os ataques do imperialismo. O que não significou e não significa ocultar a política do castrismo, que assimilou as teses do estalinismo contra-revolucionário.

Chile

Protestos por ensino público e gratuito chocam-se com política educacional de Pinochet a Piñera

Os estudantes chilenos há mais de três meses ocupam as universidades, escolas e ruas em manifestações multitudinárias pela estatização do sistema educativo. A bandeira democrática de educação pública e gratuita ao ser empunhada pela juventude enfrenta-se com mais de 30 anos de políticas de privatização e desnacionalização do ensino. Além disso, é um enfrentamento com as orientações do imperialismo para a educação, que expressam o domínio do capital financeiro. Além das marchas, que já chegaram a concentrar 400 mil pessoas, há 45 jovens em greve de fome e a cada dia mais setores saem às ruas por suas reivindicações, a exemplo da greve geral dos dias 24 a 25 de agosto, por mudanças nas leis trabalhistas e sindicais (também criadas na última ditadura militar). Unem-se nas ruas mineiros, funcionários públicos, aposentados, ambientalistas, militantes de direitos humanos, trabalhadores do transporte, além dos estudantes.

Em 2006, os protagonistas dos protestos foram os secundaristas, na chamada “Revolución pinguina”, as lutas, porém, desembocaram na Lei Geral da Educação (LGE), aprovada por Michele Bachellet em 2009. Esta lei garante a “liberdade de en-

sino”, eufemismo para o direito dos capitalistas lucrarem com a educação. Não existe educação gratuita no Chile, do jardim de infância à pós-graduação, tudo é cobrado. A maioria das instituições é privada e as públicas oferecem cursos que chegam a custar R\$12 mil. O financiamento estatal das universidades públicas, que concentram 17% das matrículas, reduziu-se a 25% e o setor privado também é subsidiado pelo governo, por meio de compra de vagas. As instituições privadas estão nas mãos de grandes corporações internacionais, a Laureate (que no Brasil comprou a Anhembi Morumbi e outras instituições) contabiliza 102.591 alunos, somados com os alunos das instituições controladas pela holding Santo Tomás, supera os estudantes das públicas.

A gratuidade foi destruída durante a ditadura de Pinochet (1973-1990): o ensino foi municipalizado e privatizado. Sebastián Piñera, durante a ditadura militar, já era representante do capital financeiro, era banqueiro e propôs os contornos do que depois se tornou a Lei Orgânica Constitucional de Ensino, aprovada em 10 de março de 1990, último dia do regime de Pinochet. Em 1980 ele defendia no artigo “Orientações de polí-

ticas no setor educacional” que o Estado não deveria ter como meta garantir a educação. “Instituições financeiras, públicas ou privadas, outorgariam diretamente os créditos aos alunos” e caberia ao Estado apenas garantir o acesso ao crédito em condições competitivas.

O sistema de empréstimos se materializa hoje nas Bolsas avalizadas pelo Estado, com pelo menos 6% de juros, fazendo com que o estudante saia da faculdade arrastando uma dívida média de R\$48 mil. Contraditoriamente, são obrigatórios 12 anos de escolarização, mas só consegue cumprir este “dever” quem pode pagar e quem não pode, se endivida.

Percebe-se que os governos da Concertação (1990-2010), que juntou socialistas, democratas-cristãos e liberais, não romperam com as medidas de Pinochet, mantiveram a estrutura da educação, as leis trabalhistas restritivas à organização sindical e o aparato repressivo intacto. Esta mesma Concertação tenta agora desarmar as lutas estudantis, não apontando para a solução das reivindicações, mas com manobras para defender a conciliação, rebaixamento das bandeiras e as saídas parlamentares. Das 20 federações universitárias, duas são controladas pelos partidos da Concertação. As outras se denominam independentes de esquerda ou estão sob a direção do Partido Comunista.

As reivindicações

As exigências principais das lutas estudantis são a educação pública e gratuita para todos, fim do banco privado no processo de financiamento da educação; o fim do lucro no sistema educacional. O governo do presidente Sebastián Piñera já trocou o ministro da Educação e propôs um projeto de reforma com 21 pontos, que inclui o aumento de bolsas de estudo; redução de 6% a 4% as taxas de crédito e aumento dos investimentos governamentais na educação. Atualmente, o país investe 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação superior, enquanto que o setor privado investe 1,5% do PIB.

Protestos em Israel revelam disposição de luta das massas

As massivas manifestações que tomaram conta das ruas de Israel em julho prosseguem. Os motivos do movimento são: custo da moradia, alimentação, educação e saúde. Os estudantes israelenses iniciaram as manifestações, em pequena escala, e logo foram apoiados pelos trabalhadores empobrecidos e pelas camadas médias, que clamam por distribuição de renda.

Os manifestantes reclamam dos gastos exorbitantes do Estado com segurança, ou seja, armamento de destruição de massa. É por isso que no dia 4 de agosto havia 450 mil trabalhadores e estudantes reivindicando melhores condições de vida. Exigiam a promoção da igualdade social e diminuição do custo de vida. Diz um cartaz: “É a terra do leite e do mel, mas não para todos”. Isso expressa com nitidez a situação dos estudantes e dos trabalhadores, que sentem na pele a exploração da burguesia israelense.

Os gastos com armamentos de Israel são faraônicos: 20% do orçamento são para as Forças Armadas. Dos 9 bilhões de dólares destinados pelo governo dos EUA, 4 bilhões são gastos

Dentro do movimento cresce a percepção de que não adianta rebaixar as bandeiras. As direções favoráveis às “negociações” já começam a elaborar propostas de orçamentos diferenciados, mais bolsas ou controle do lucro. Os estudantes em luta apontam para a estatização do sistema de ensino, que deve ser controlado pela população. Não se formula claramente a expropriação das privadas, o que reflete a falta de um programa proletário para a educação, que depende de uma direção revolucionária.

A presença dos estudantes nas ruas e o rechaço à repressão estão desfazendo os diques que separam os trabalhadores e estudantes, as direções são um obstáculo com suas defesas corporativistas – o estalinismo orienta claramente que os estudantes devem se restringir ao âmbito educacional, mas esta unidade está sendo imposta nas ruas.

Greve geral

A Central Única dos trabalhadores (CUT) convocou uma paralisação de 48 horas, 82 organizações aderiram. Os painéis, barricadas e bloqueios nas ruas são enfrentados pelo governo com mais prisões, jatos d’água e violência policial. A estrutura repressiva se manteve intacta desde o fim da ditadura, e são as mesmas leis criadas por Pinochet que são usadas para enquadrar os manifestantes. O ministro do interior já adiantou que usará a Lei de Segurança Nacional, instrumento criado por Pinochet e mantido até hoje, que cria um estado de exceção, permite o uso das Forças Armadas nas ruas, a prisão indiscriminada de manifestantes e a aplicação da Lei Antiterrorista, que prevê o uso de provas ocultas e a condenação, através das mesmas provas, sem que os advogados de defesa tenham acesso às mesmas, entre outras arbitrariedades.

Esta é a primeira greve geral do governo de Piñera e é a crise política mais séria desde o fim da ditadura. A popularidade do presidente está em apenas 26%. E 80% da população apóia a reivindicação estudantil contra a mercantilização do ensino.

com armas e as mais sofisticadas. Há pouco tempo adquiriu da empresa norte-americana Lockheed Martin mais de 100 jatos F-16, entre outros jatos poderosos e letais. Isso indica que conta agora com 330 jatos, controlando a segunda maior frota do mundo nesse tipo de arma, atrás apenas dos Estados Unidos. Em suma, é o décimo maior consumidor de armas do mundo. Além disso, conta com a ajuda norte-americana na construção de tanques. No entanto, os motores são fabricados nos EUA. Outro dado importante é que recebe as armas excedentes dos estoques dos EUA a baixo custo. Comprou 65 mil fuzis M-16, 2,5 mil lanças granadas M-024 e 1000 metralhadoras M-2. Como podemos notar, a grande beneficiária é a burguesia imperialista norte-americana.

O Estado sionista, de um lado, se projeta sobre os países vizinhos com o objetivo de expandir seu território. De outro, expressa a política imperialista para o Oriente Médio, ou seja, o controle da região para servir aos interesses da burguesia imperialista rapina e ao controle do petróleo. Ser-

ve, também, aos interesses diretos das indústrias de armamentos norte-americanas, que lucram com os conflitos gerados pelo Estado de Israel. Desta forma, as reivindicações dos manifestantes são contrárias aos interesses da burguesia judia e do imperialismo.

As lideranças do movimento dizem que irão desarmar as barracas (símbolo das manifestações) e esperar até que o governo dê soluções aos problemas levantados. Aguardam as promessas de reformas, que tendem a enganar os manifestantes. A burguesia israelense procura meios para conter a revolta da população, pois sabe que não pode resolver os problemas que são oriundos do capitalismo em decomposição. A crise estrutural reforça a impossibilidade da burguesia em promover reformas. Sendo assim, cabe aos trabalhadores judeus tomarem em suas mãos a solução dos problemas acarretados pelo aumento do custo de vida. No entanto, não devem parar aí. Já dizíamos em um artigo anterior: “A ampliação dos movimentos

que unifiquem os trabalhadores judeus, árabes-judeus e árabes é fundamental para se contrapor aos objetivos da burguesia sionista e do imperialismo, principalmente o norte-americano, de ampliar o colonialismo e a opressão sobre a maioria explorada do Oriente Médio”.

O método da ação direta, apontado pelos manifestantes, revela a disposição das massas exploradas em combater seus exploradores. As condições objetivas estão colocadas: as precárias condições de existência que são o motor dos protestos. Faltam-lhes as condições subjetivas, isto é, o partido, o programa revolucionário, necessários para derrotar a burguesia israelense. Os explorados israelenses dão um importante passo na luta. O que chamará a atenção das massas palestinas. A divisão territorial e a opressão sionista sobre a Palestina é obra da burguesia e do imperialismo. É fundamental que o proletariado mundial apóie a luta dos trabalhadores judeus e árabes-judeus.

A crise mundial e a democracia burguesa

De 2008 para cá, revelam-se com mais força os laços indissociáveis entre economia e política. Os mais “democráticos” governos do globo evidenciam seu lado tirânico e ditatorial na defesa dos interesses do grande capital.

Protestos, greves e manifestações não têm faltado no mundo “civilizado”. Da pequena Islândia ao Leste Europeu, passando por grandes países como Grã-Bretanha, França e Espanha, vemos que as massas assalariadas, organizadas ou não pelas grandes Centrais de trabalhadores têm se oposto à política de redução do déficit público, por meio de corte de gastos e de destruição de direitos sociais.

Mobilizações que atingiram até 5% de toda população do país, como na França, que chegou a ter paralisações com 3 milhões de trabalhadores nas ruas, e pesquisas de opinião, demonstram que as reformas manejadas pelos governos, pelos parlamentos, são opostas à decisão majoritária da população.

Não basta, no entanto, ser maioria: em todos os países, os assalariados urbanos e rurais constituem a maioria da população. O governo é a expressão política das relações produtivas e está nas mãos da minoria exploradora.

O programa da classe operária de expropriação da grande propriedade não esteve conduzindo as mobilizações que se processaram nos últimos três anos. Sem esse programa, que manifesta o interesse da maioria, os governos burgueses, antidemocráticos, antipopulares, continuarão triunfando.

Política pequeno-burguesa exige “democracia”

Na ausência do programa operário, desenvolvem-se os mais variados movimentos pequenos burgueses, cuja essência concentra-se na defesa da “democracia”. Na Grécia, na Espanha, na Bélgica, na Islândia e em outros países da Europa surgem manifestações que contestam não só as medidas econômicas adotadas, mas o processo político que as engendrou.

Na Espanha, o movimento “Democracia Real Já!” expressa essa tendência. Formado majoritariamente pela juventude desempregada, o movimento que defende a “democracia” esbarra em seus próprios métodos pacifistas, em suas reivindicações defensivas e na sua política pequeno-burguesa. Em suma, o movimento representa objetivamente os limites da democracia burguesa e ao mesmo tempo o ápice dessa democracia, sua realização plena, pois não pode transbordar

dos contornos jurídicos em que se instala, levando à dispersão dos manifestantes.

Na Islândia, pequeno país insular, tomou corpo um movimento que ficou conhecido como “democracia direta”, pois levou a renúncia do governo que existia em 2008, antecipou as eleições e levou a um referendo, no qual 93% dos islandeses se colocaram contrários ao pagamento da dívida contraída com FMI e países nórdicos. O que parece progressivo e o foi até determinado ponto ao contestar as políticas de endividamento público para salvaguardar os interesses do capital financeiro, redundando hoje na legitimação de um governo social-democrata que mantém os acordos com os organismos imperialistas e “renegociou” a dívida do país com juros mais “baixos” (de 5,5% para 3%).

Na Grécia, enquanto aumenta, de um lado, a radicalização de uma parte da população, vinculada sobretudo às organizações estudantis, com enfrentamento à polícia, depredação de instituições financeiras, bloqueios de ruas, etc.; de outro, cresce um movimento que exige a “volta” da democracia. Manifestantes mantêm vigílias e acampamentos na frente do Parlamento para exigir que saiam os velhos políticos, que votaram nos seguidos pacotes de austeridade adotados no país. A mídia burguesa tratou o movimento como uma volta à “democracia grega” da Antiguidade.

Como se vê, por essa amostra, esses movimentos estão fadados a fracassar, pois a realização da democracia no interior da sociedade capitalista é a realização do lucro, da exploração do trabalho e da violência policial em níveis “aceitáveis”. A classe média dos países europeus, acostumados com certo nível de existência acima do conjunto da humanidade, não pode compreender que nenhum movimento por “Democracia” tem a força para impedir a ação unitária e antipopular dos governos eleitos. Tais movimentos pequeno-burgueses tomam a aparência das coisas, o nome das coisas, pelas próprias coisas. Um governo que expresse o interesse da maioria não pode surgir de relações sociais e econômicas em que uma minoria detém todos os meios de produção, de caráter social, em suas mãos. O Estado de Direito existe apenas e tão somente para manter o modo de produção capitalista a salvo dos confrontos que a luta de classes impõe.

Defender a ditadura do proletariado como expressão da democracia dos oprimidos

A atual crise econômica expõe com clareza a completa oposição

entre os interesses dos trabalhadores e do capital.

Os trabalhadores vinculados às profissões liberais, ao comércio, etc., não podem extrair como lição da experiência atual a necessidade de expropriação geral dos meios de produção, pois esses trabalhadores têm um vínculo indireto com a produção. Apenas a classe operária pode erigir um programa de defesa da maioria e concentrar em suas mãos, através de um governo operário, os ramos estratégicos da produção social.

O Estado que surge do programa revolucionário da classe operária não é um Estado representativo, como o burguês. É um Estado organizado para expressar os interesses da maioria, por isso

Líbia

Imperialismo organiza um governo para a Líbia

Sob a direção da França, realizou-se uma reunião para decidir sobre a constituição do novo governo. O Conselho Nacional de Transição (CNT) compareceu para receber instruções de Hillary Clinton, Nicolas Sarkozy, David Cameron e Angela Merkel.

As potências não apenas arrasaram a força militar do regime de Kadafi como também confiscaram as finanças líbias aplicadas nos bancos europeus, norte-americanos etc. Tudo indica que seja verdadeira a informação de que Kadafi mantém sob seu poder os recursos internos que estavam no Banco Central do País. Essa situação impossibilita reconstituir o Estado e manter o funcionamento da economia. O CNT está, portanto, nas mãos do imperialismo. A liberação de parte dos recursos confiscados deixou bem claro que a Líbia está sob a intervenção em todos os sentidos.

As potências sabem que há uma disputa no interior da Oposição e que não será fácil formar um governo de unidade. Precavidas, conservam os trunfos. O fato de Kadafi ainda resistir em Sirte e em outras localidades per-

mite ao imperialismo manter os bombardeios. A OTAN objetiva permanecer no País, sob a alegação de instabilidade. Uma das exigências é o desarmamento das milícias, e a formação de um novo exército e aparato policial.

Aguarda-se o desfecho do cerco em torno de Sirte. Negocia-se a rendição dos aliados de Kadafi. O ditador não foi capaz de armar Trípoli contra a ofensiva dos rebeldes aliados e apoiados pelo imperialismo. O seu recuo tático não representa capacidade de resistência. Provavelmente, procura um acordo sob o auspício das potências. Apesar das informações serem dadas pelos serviços secretos e pela imprensa controlada pelos Estados Unidos, parece que Kadafi não tem como evitar a constituição do novo governo.

É possível que se desperte ilusões democráticas na população. Mas não devem ter fôlego longo. As condições impostas pelo imperialismo serão duras. As riquezas petrolíferas vão ser repartidas entre as multinacionais.

A tarefa consiste em defender a autodeterminação da Líbia e a expulsão do imperialismo.

é o primeiro Estado realmente democrático a existir na História. Mas como todo Estado, ele ainda é a manifestação de um antagonismo de classe: enquanto perdura a propriedade privada e reina o grande capital, o governo operário é um governo organizado para impedir que a minoria exploradora volte ao poder; é, portanto, uma ditadura.

Defender a ditadura proletária é opor-se à ditadura burguesa, do mesmo modo defender a democracia direta é lutar contra a exploração do trabalho, contra a propriedade privada dos meios de produção e lutar pela Revolução Proletária, em cada país e em todo mundo.

Aquira com o distribuidor deste jornal:



Bolívia

Lula tira a pele de cordeiro revelando-se como um agente reacionário das multinacionais

O ex-presidente brasileiro fala com os empresários bolivianos.

Ele veio para pressionar Evo para continuar a qualquer custo a construção da estrada que atravessa o TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré). Isto confirma que a estrada serve mais aos interesses das multinacionais do que para o desenvolvimento nacional.

De acordo com o ex-presidente brasileiro, são as massas que realizam as grandes transformações políticas, mas a economia está nas mãos da iniciativa privada e do investimento estrangeiro. Ele coloca a coexistência pacífica, solidária e complementar entre carrascos e explorados. A teoria que usa é reacionária porque nega a luta de classes.

O ex-presidente do Brasil, que formalizou o milionário financiamento da estrada Villa Tunari - San Ignacio de Moxos

que atravessa o coração do TIPNIS, diz estar chocado com os conflitos protagonizados pelos indígenas organizados no CI-DOB (Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia). Apareceu inesperadamente na Bolívia para lembrar Evo Morales de que não pode ceder às pressões de ninguém para modificar o traçado original da estrada. Ele também aproveitou a oportunidade para se reunir com empresários do setor privado com a finalidade de organizar uma santa aliança com as empresas multinacionais e o governo de Evo Morales, a fim de repelir violentamente todos aqueles que têm a ousadia de opor-se ao projeto de pilhagem dos recursos nacionais de uma das mais ricas reservas de floresta no continente. Em seu discurso afirmou que a estrada faz parte de um "projeto de integração continental", que irá unir as pessoas e permitir o comércio entre o

Atlântico e o Pacífico.

A teoria central, reacionária ao extremo, que Lula utiliza é que a história, as grandes transformações sociais e políticas são realizadas pelas massas, pelas organizações sociais, mas que a economia (que é o motor da sociedade), está nas mãos da iniciativa privada e dos investimentos estrangeiros (multinacionais). Portanto, a conclusão lógica é que as ações das massas devem ser subordinadas aos objetivos econômicos da classe dominante e do imperialismo.

Lula, o ex-líder operário, convertido no governante do país mais poderoso da América do Sul, durante o seu longo período presidencial manteve essa idéia reacionária, desarmando, com a cumplicidade do estalinismo e da esquerda reformista, o poderoso movimento operário brasileiro para colocá-lo de joelhos aos pés dos empresários e das multinacionais imperialistas. Com a máscara de um governo “popular – de esquerda” tem rebitado os grilhões da opressão de milhões de famintos para permitir que os poderosos engordem pacificamente às custas do suor e do sangue dos explorados. Graças à política conciliatória e servil de Lula, milhões de brasileiros agonizam nas favelas, os trabalhadores e a maioria da população são privados de uma existência humana aceitável.

Este personagem é o paradigma digno de ser imitado para

Impacto imediato da visita de Lula à Bolívia

Morales endurece sua posição contra a marcha, os empresários e a burocracia se alinham atrás do governo

Lula veio para exigir que Morales não cedesse à pressão dos índios. Reuniu-se com os empresários para alinhá-los atrás do governo do MAS. Consegue organizar uma santa aliança com a participação da burocracia sindical para fortalecer a política entreguista do governo do MAS.

Imediatamente após a saída de Lula do país, aconteceram fatos importantes que é bom levar em conta:

1.- O governador de Cochabamba se reúne com o Comitê Cívico de Cochabamba, com os empresários do setor privado, os líderes dos produtores de coca, camponeses e líderes da Central Operária Departamental de Cochabamba. Todos eles convertidos em marionetes do governador masista, assinaram uma declaração apoiando a abertura da estrada que corta em dois o TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Século), condenaram a marcha dos indígenas das terras baixas e convocaram a “marcha de um milhão” para sábado 03 de setembro. De uma maneira curiosa, o Comitê Cívico, que a princípio declarou seu apoio aos manifestantes, dá um giro de 180 graus da noite para o dia terminando por se somar a posição oficial, tudo leva a acreditar que levou um puxão de orelhas por parte do empresariado, na véspera, se reuniu com Lula. A burocracia da COD também se soma ao apoio à construção da estrada. Sem consultar as bases aparece, abusivamente, falando em nome delas, comprometendo seriamente a independência sindical e política da organização dos trabalhadores do vale cochabambino.

2.- Evo Morales, anunciou oficialmente que a exigência dos manifestantes, no sentido de desviar o traçado da estrada para evitar dividir em dois o TIPNIS é inatendível. Anuncia que tudo pode ser negociado com eles, menos o desvio da estrada cujo traçado já estava definido ao se realizarem os acordos com

os governos de Chávez, Correa, Humala e Evo Morales. É o enclive perfeito entre o imperialismo e os países semi-coloniais do continente capaz de combinar os interesses dos assassinos com os dos oprimidos. É o executor perfeito das idéias reacionárias de coexistência pacífica entre o imperialismo e os pobres e oprimidos, entre patrões e trabalhadores. Lula - para eles - é o executor da unidade e da harmonia entre a solidariedade, diversidade e complementaridade das diferentes formas de propriedade e até mesmo antagônicas.

Esta teoria pós-moderna reacionária que sustenta todos estes governos acaba por negar a luta de classes e a luta da nação oprimida contra o imperialismo e, nesta medida, é muito mais reacionária em relação aos princípios do nacionalismo de conteúdo burguês existentes no continente no século passado. Eles partiram da premissa de que a exaltação da luta nacional contra a opressão imperialista terminava anulando a luta de classes dentro de cada país.

Entendida dessa forma, a posição de Lula e todos os seus corifeus no continente, a falácia da teoria do socialismo no século XXI é mais de direita e reacionária do que a do nacionalismo de conteúdo burguês do século passado, que já se passou em muitos países como a Bolívia.

(extraído do Masas boliviano n. 2233, de 09/09/2011)

o governo do Brasil.

3.- O governo pretende realizar manifestações no interior do país como a “marcha de um milhão” de Cochabamba utilizando milionários recursos estatais e também métodos de pressão ameaçando com duras sanções aqueles que se recusassem a participar, com o fim de criar condições favoráveis para reprimir a marcha oposicionista. Todos os preparativos para o “diálogo” com os índios não são mais que atitudes distracionistas e protelatórias para cansar os manifestantes e a nação.

4.- Intensificou-se uma campanha de difamação contra os marchistas e seus líderes. A mais recente novidade que Morales descobre é que os indígenas têm barracas para dormir, comida em abundância e são financiados por nada menos que a ONU.

5.- Prepara suas organizações afins para enfrentar os manifestantes, quando eles passam em suas comarcas. Neste sentido, organizou um bloqueio na cidade de Yucumo.

O objetivo do governo é isolar a marcha indígena, desacreditá-la e por fim reprimi-la. Procura evitar, a todo custo, que chegue à cidade de La Paz, porque, se isso ocorrer, pode desencadear uma explosão social incontrolável e de grandes dimensões.

A única maneira de impedir as maquinacões do governo e evitar a repressão contra a marcha indígena é mobilizar os explorados do país. É salutar a este respeito o pronunciamento da Federação dos Mineiros em apoio à marcha. No atual processo de radicalização das massas contra o governo é possível gerar grandes protestos como os que ocorrem em Santa Cruz, Cochabamba e La Paz, nesta última protagonizada pelos professores urbanos e funcionários da previdência social, soldando às suas próprias reivindicações o apoio aos marchistas. A arrecadação de roupas, alimentos e remédios é outra forma de mobilização que deve envolver camadas da população cada vez maiores.

(extraído do Masas boliviano nº 2233, de 09/09/2011)

Bolívia - Apoio à marcha

A vitória da marcha indígena é a vitória dos trabalhadores!

Nós, trabalhadores da Previdência Social, estamos plenamente conscientes de que só a unidade dos explorados pode derrotar a política burguesa do total servilismo do governo do MAS aos interesses das multinacionais e dos empresários privados.

Todas as medidas que o governo propõe não vão em benefício dos trabalhadores ou no caso particular dos povos indígenas, mas os fatos mostram que cumpre fielmente os mandos do FMI, Banco Mundial, ou seja, dos organismos imperialistas. No nosso caso, as autoridades governamentais têm se esforçado para acabar com a Previdência Social, chegando ao ponto de pedir o fim da CNS (Caja Nacional de Salud - Fundo Nacional de Saúde). Este desejo só pôde ser freado pela mobilização dos trabalhadores nas ruas, no entanto, seus planos ainda permanecem.

O Ministério da Saúde, que se tornou juiz, parte e executor da “reestruturação da CNS”, não permite que os trabalhadores da Previdência Social intervenham neste processo, sendo que quem realmente conhece a situação do CNS somos justamente nós os trabalhadores. Não aceitaremos qualquer medida sem prévio consenso com as bases trabalhadoras da CNS. Da mesma forma desrespeitam as reivindicações trabalhistas, não se cumprem os acordos como o de abril. Exigimos respeito ao foro sindical, às nossas conquistas sociais e efetivação do aumento salarial. Exigimos a reintegração de todos os companheiros demitidos (Juan Irusta, Frida Trino).

Da mesma forma que o governo age conosco, ele age com outros setores explorados como no caso os companheiros indí-

genas. Ao longo da marcha que os indígenas realizam em defesa da integridade de suas terras e de seu direito determinar seu próprio destino, acreditamos que o governo do MAS, sob o rótulo de “desenvolvimento” dá rédea solta para as multinacionais penetrem em uma área que tem riquíssimas reservas de hidrocarbonetos, agrícolas, mineiras, etc. A estrada não atende aos interesses do desenvolvimento nacional, mas os interesses dos predadores e escravizadores e empresários e das multinacionais interessados em saquear os recursos naturais, e que significará uma depredação criminosa do TIPNIS e o etnocídio de diferentes nacionalidades que vivem lá. Os povos indígenas mais do que nunca devem levantar bem alto a bandeira da autodeterminação que só será possível com a expulsão das multinacionais.

Esta é outra prova de que o governo de Evo Morales está colocando a nu sua política de servilismo às multinacionais. E é tão descarado que usa os meios mais repugnantes para desacreditar os objetivos da marcha. Prepara sua tropa de choque, para deter a marcha. Responsabilizamos o governo pelo derramamento de sangue que essa ação pode gerar.

Nós trabalhadores estamos convencidos de que a luta de nossos companheiros indígenas é a nossa luta. A unidade dos explorados do país pode esmagar o governo impostor. Se a marcha indígena triunfar, nós também triunfaremos em nossas reivindicações. Por isso, estamos nas ruas novamente para demonstrar a força da unidade.

(Do: “Boletim do Sindicato CASEGURAL La Paz”,
02/09/2011).

Defesa do TIPNIS contra os interesses avassaladores do imperialismo

Sob o rótulo de “desenvolvimento” o capital financeiro invade a Bolívia para saquear e depredar a natureza. A abertura da estrada através do TIPNIS é abrir as portas do país ao imperialismo. Para ter sucesso, a marcha indígena deve se entroncar com a mobilização das cidades.

A abertura de estradas e ferrovias no capitalismo responde aos interesses da classe dominante. A ferrovia Huanchaca - Oruro e a rodovia Cochabamba - Santa Cruz também foram uma necessidade das multinacionais para saquear o país, a inútil burguesia nativa é incapaz de fazer qualquer coisa por si mesma.

A rodovia Villa Tunari - San Ignacio de Moxos, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, visa a abrir as portas para o capital brasileiro, e através dele para as multinacionais, sedentas para explorar as reservas de hidrocarbonetos, minerais, agrícolas, florestais, etc.

Neste sentido, a marcha dos indígenas do TIPNIS é pelo direito não só de proteger o seu território, mas a própria vida.

A lei no capitalismo é penetrar, com a desculpa de “civilização e progresso” e destruir a natureza, os povos e as culturas.

Evo Morales põe a nu novamente sua política de subserviência ao imperialismo, oferecendo em uma bandeja de prata os recursos naturais para as empresas multinacionais. Sua finalidade é servir o imperialismo de joelhos. Com tal motivo não só procura dividir a marcha, mas enfrentar os manifestantes utilizando cocaleiros e colonos, a intenção criminosa pode se transformar em um banho de sangue.

Trata-se agora de unir todos os explorados do país em uma luta contra o imperialismo sob a bandeira da expulsão dos depredadores e saqueadores.

Vida longa a autodeterminação dos povos indígenas!

Fora as multinacionais chupa-sangue!

Morte aos llunqu (aduladores) de Evo Morales!

URUS - UMSA]

(extraído do Masas boliviano nº 2233, de 09/09/2011)

Damos continuidade à tradução do folheto O que é e o que quer o POR, publicado nas Obras Completas, de Guillermo Lora.

VI. O que fará o governo operário e camponês?

As tarefas que devem cumprir o governo operário e camponês não podem ser o resultado da imaginação, dos que se acham teóricos ou da repetição mecânica das consignas que, perfeitamente elaboradas ou como um produto, se importam do exterior. Essas tarefas emergem da evolução do País e do processo revolucionário que se vive.

O governo operário e camponês, governo do partido operário revolucionário ou a ditadura do proletariado, não poderá se dar o luxo de ignorar os desastrosos resultados do governo movimentista, tem de começar corrigindo radicalmente todos os erros cometidos.

O princípio que guia o Partido Operário Revolucionário como governo será o mesmo que inspira a sua atual atividade opositora: defender e consolidar as conquistas alcançadas pelas massas através de seu aperfeiçoamento e superação. O governo operário e camponês tem objetivo de cumprir as tarefas democrático-burguesas e transformá-las em socialistas, tudo em um só processo que distinguirá com nitidez a ditadura do proletariado.

Partirá da situação atual em que se encontram as tarefas democráticas que têm sido simplesmente colocadas e muitas vezes desvirtuadas pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com a finalidade de levá-las até as últimas consequências, até a sua maturidade, para sua radical transformação.

Desde o princípio, incluirá em seu programa de realizações objetivos que são totalmente ignorados pelo atual governo: a unidade nacional; a estruturação do mercado interno; a planificação da economia; o esmagamento da oposição oligárquica, etc..

Deve-se assinalar que ao mesmo tempo do cumprimento das tarefas democráticas se tomarão medidas de tipo socialista, como por exemplo, a estatização dos meios de produção, que será uma das primeiras medidas que adotará o governo operário e camponês ou ditadura do proletariado.

O ritmo com que se cumprirão as tarefas democráticas burguesas e com que se transformarão em socialistas não se pode determinar antecipadamente, pois dependerá do desenvolvimento do movimento revolucionário latino-americano e mundial, do grau de influência sobre o País e da evolução da economia capitalista sobre a Bolívia e do próprio progresso da revolução dentro das fronteiras nacionais. É por essa razão que agora assinalamos somente as linhas gerais das tarefas que cumprirá o governo operário e camponês e que podem ser resumidas assim: 1) a administração das minas nacionalizadas será reorganizada sobre o princípio do controle operário e se desautorizarão todas as medidas que pretendam estrangular a Corporação Mineira da Bolívia, sob o pretexto de ajustá-la às normas da empresa privada. A experiência e a enorme capacidade criadora dos trabalhadores permitirão vencer as enormes dificuldades frente às quais as minas correm o risco de naufragar.

A quinta coluna da reação, convertida em ditadura dos técnicos, será substituída mediante a subordinação da técnica à política da classe operária.

As contradições da produção mineira, atualmente insolúveis e emergentes do cerco capitalista nacional e da poderosa pressão imperialista, serão superadas mediante a nacionalização dos ramos fundamentais da economia nacional, de forma que permitam ordenar seu desenvolvimento com os objetivos básicos da mineração.

Não pode permitir-se por muito tempo que a pequena mineração se debata em condições por demais miseráveis. O Estado operário começará reunindo-as em cooperativas e impulsionando a sua tecnificação. A média mineração não tem mais destino que engrossar o setor nacionalizado.

As minas nacionalizadas não podem ter outro sentido revolucionário se não servir de fundamento à libertação nacional perante o imperialismo. Por isso, o governo operário e camponês fechará todas as comportas pelas quais o imperialismo atualmente ameaça retomar a indústria mineira, aproveitando principalmente o disfarce das sociedades mistas. A libertação nacional não pode coexistir com o enquistamento das minas no seio de uma economia que lhes é hostil.

O Estado operário tem de começar por enfrentar o tremendo problema da dependência da vida do País ao mercado único (Estados Unidos-Inglaterra) para seus minerais. Não é de menor importância a ideia de buscar novos mercados para nossos concentrados, aproveitando o máximo possível a atual ofensiva econômica do bloco soviético contra o imperialismo.

Contudo, essa não pode ser a solução única e definitiva da indústria mineira; impõe-se romper o cerco capitalista mediante a exportação de baixo custo do estanho e de outros minerais fundidos.

O argumento de maior peso lançado contra a construção de fornos de fundição é de que seriam antieconômicos. Nas atuais circunstâncias, esse fator negativo, evidente, seria amplamente neutralizado com a enorme ampliação do mercado e com a ruptura do bloqueio imperialista dos baixos preços dos concentrados. Por outro lado, acreditamos que a indústria pesada somente pode se assentar sobre essa premissa.

2) O governo operário revisará radicalmente a atual política entreguista que procura entregar à dilapidação nossas fontes de matérias-primas, principalmente do petróleo. Conscientes de que a indústria petrolífera pode se converter no setor mais vigoroso de nossa economia, não podemos senão que defendê-la diante da voracidade das multinacionais. O progresso do País exige imperiosamente fortalecer a nacionalização do petróleo e do Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.

A empresa nacionalizada se fortalecerá baseando-se nas regiões petrolíferas mais ricas e na total reorganização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, que, a semelhança da Corporación Mínera de Bolívia, precisam urgentemente ser liberadas do peso morto da monstruosa burocracia, constituída no calor do odioso favoritismo partidário. Yacimientos Fiscales deve se basear nos mesmos princípios esboçados pela Comibol.

Em matéria petrolífera, o mínimo que se pode fazer é recuperar Madrejones para o País e expulsar do território boliviano os consórcios imperialistas. A nacionalização e a reivindicação do petróleo são, indiscutivelmente, os requisitos indispensáveis para a industrialização do País.

3) Impor-se-á o monopólio do comércio exterior. Nem a libertação nacional e nem o controle da economia nacional podem conceber-se se o comércio exterior estiver nas mãos dos consórcios imperialistas (Grace, exportação de petróleo pela Fish, etc.)

Argumenta-se que, sendo o Estado único exportador de minerais, existe virtualmente o monopólio do comércio exterior. Esque-

ce-se que até a importação de produtos alimentícios está controlada pelos trustes internacionais e que a estatização do comércio de minerais é somente uma exceção da orientação geral do governo movimentista.

4) Nacionalização dos ramos fundamentais da economia nacional, dos serviços públicos (transporte, energia elétrica, bancos). O desenvolvimento do País impõe a necessidade de que a anarquia própria da produção capitalista seja substituída pelo controle do Estado operário e toda a economia nacional; objetivo inconcebível a menos que se faça a nacionalização do setor básico.

Somente assim se poderá salvar a indústria mineira de sua crise atual e contribuir para a diminuição dos custos de produção. O governo operário e camponês, diferentemente do Movimento Nacionalista Revolucionário, colocará a nacionalização da economia, partindo das empresas imperialistas.

5) Para o Movimento Nacionalista Revolucionário, a diversificação da economia foi reduzida à errática tese de que é suficiente construir uma ou outra fábrica isolada e sem relação com o restante da economia, nem com as necessidades reais do mercado interno.

Dessa maneira, muitas fábricas resultaram enormes em relação à escassez crônica de matérias-primas ou então sua produção está acima da capacidade do mercado, de maneira que se impõe uma custosa exportação em um País sem estradas.

A tão apregoada diversificação econômica limitou-se ao desperdício dos poucos recursos nacionais. O governo operário e camponês diversificará a economia pela via do fortalecimento da indústria de transformação e assentando as bases para a indústria pesada, tudo dentro de uma economia planificada que permita um trabalho cuidadosamente elaborado e com economia de recursos.

Bolívia já não tem possibilidades para se desenvolver sobre bases capitalistas, entendendo-se como o desenvolvimento harmônico, integral, de sua economia, livre da opressão imperialista. Esse processo se dará com a nacionalização dos meios de produção e com uma economia planificada.

6) O Movimento Nacionalista Revolucionário fracassou em seu propósito de materializar os seguintes objetivos com a ajuda de "sua" reforma agrária:

a) Converter as massas camponesas em prósperos pequenos proprietários, para que pudessem atuar como contrapeso do proletariado radicalizado. Essa finalidade fracassou pelo domínio do minifúndio e agravamento da miséria no campo.

b) Colocar a salvo parte dos interesses dos gamonais, declarando inatingível a propriedade média, considerada como capitalista industrial. Nesse terreno, as realizações movimentistas muito progrediram. As cúpulas governamentais e o pesado aparato burocrático, que se chama Serviço de Reforma Agrária, orientam-se a devolver as fazendas aos gamonais, utilizando-se de todos os pretextos. Quando não podem fazê-lo de maneira direta, aconselham os camponeses, cansados de tanto pleitear e de percorrer constantemente enormes distâncias, a negociar com os proprietários.

Em tal forma a reforma. Além de defender os interesses dos gamonalismo, tem parcelado de maneira excessiva a terra e mantém a incerteza entre os camponeses porque não lhes reconhece sua posse "legal". O resultado não tem sido outro senão a diminuição dos índices produtivos. Além de indicar que o minifúndio é contrário à grande produção. Tudo se vem traduzindo no repúdio camponês ao mal governo movimentista.

O futuro governo terá de agrupar as pequenas parcelas, cooperativa-las e mecanizá-las no possível, a fim de dobrar pelo menos a produção agropecuária.

Nesse terreno, a primeira tarefa consiste em legalizar a posse da terra pelos camponeses e destruir o gamanolismo como sistema, retificando o decreto de reforma agrária.

7) Não se pode conceber a industrialização sem a ampliação do mercado interno. Essa tarefa supõe que as massas camponesas se convertam em consumidoras, o que significa a superação do pré-capitalismo. Para isso, será preciso tecnificar a produção agropecuária, não bombardear o campo com produtos manufaturados baratos e separar as atividades artesanais e agrárias, agora resumidas em uma só pessoa. Um amplo mercado interno supõe a estreita vinculação das diferentes regiões do País por meio do transporte barato e a eliminação dos obstáculos provinciais para o funcionamento das atividades econômicas.

(Guilherme Lora, Obras Completas, tomo VIII)

71 anos do assassinato de León Trotsky

Em 20 de agosto de 1940, León Davinovich Bronstein, Trotsky, foi assassinado por um agente da GPU a mando de Josef Stalin, em Coyacán, México. Publicamos o artigo Meu 'Ódio' a Stalin, de 4 de janeiro de 1937. Momento em que ocorriam os processos de Moscou, iniciados em agosto de 1936. Trotsky chega ao seu novo exílio, no México, em 9 de janeiro de 1937. O artigo Meu 'ódio' a Stalin foi escrito em seu traslado para o México. Entre 23 e 30 de janeiro, a ditadura estalinista divulga a sentença de morte de 13 dos 17 acusados de traição, utilizando-se de uma fraude montada pela polícia política. Estava mais do que claro que a burocracia iria às últimas consequências em seu objetivo de destruir fisicamente a vanguarda bolchevique.

O México seria a última parada de Trotsky. Sob um intenso confronto iniciado em 1924, Stalin o deporta em 1929. Na Turquia, ficou cerca de 4 anos, 2 na França e, na Noruega, 18 meses. Em nenhum momento, Trotsky e sua família puderam respirar livremente. A GPU e os estalinistas não lhes deram um minuto de tregua. A ordem de Stalin era a de impossibilitar que o revolucionário fosse adiante com a luta iniciada pela

Oposição Russa de Esquerda.

A burocracia e seu chefe conheciam perfeitamente a tenacidade do dirigente da revolução proletária. Tenacidade, calcada na formação marxista, na contribuição programática, na experiência dos soviets, na insurreição das massas, na tomada do poder, na organização do exército vermelho e na estruturação da III Internacional Comunista. Nem a brutal perseguição, nem os assassinatos de militantes trotskistas, nem as calúnias e difamações, nada que poderia fazer a poderosa burocracia estalinista seria capaz de quebrar a granítica consciência histórica de Trotsky. Somente restava uma ação definitiva - assassiná-lo.

O artigo que publicamos permitirá ao leitor e à militância que constrói o partido revolucionário conhecer um pouco mais das posições de Trotsky sobre o estalinismo e a defesa da revolução russa. Não há dúvida que a grandiosidade desse militante marxista-leninista desperta admiração. Mas nosso interesse é de tomar seu exemplo de vida revolucionária e continuar o trabalho de edificação da IV Internacional – o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Meu “ódio a Stalin”

León Trotsky

Resta-me, ainda, falar sobre meu suposto “ódio” a Stalin. No processo de Moscou se falou muito deste fator de minha política. Vishinski, os editoriais do Pravda e os órgãos da Internacional Comunista juntam digressões sobre meu ódio a Stalin aos panegíricos dedicados ao “Chefe”. Stalin é o criador da “vida feliz”. Seus oponentes derrotados o invejam e o “odeiam”. Essas são as profundas análises psicanalíticas dos lacaios!

É certo que sinto uma hostilidade implacável, chame-se-a de ódio se quiser, à casta de vorazes advérfios que oprime o povo “em nome do socialismo”. Mas não há nada de pessoal nisso. Tenho seguido de perto todas as etapas da degeneração da revolução e da quase automática usurpação de suas conquistas; com toda insistência e meticulosidade tenho

buscado a explicação desses fenômenos nas condições objetivas; isso me impede de concentrar meus pensamentos e sentimentos em uma pessoa específica, identificar a estatura do homem com a gigantesca sombra que projeta sobre a pantalha da burocracia. Não acredito estar errado quando afirmo que jamais respeitei Stalin ao ponto de odiá-lo.

Se excluirmos um encontro casual, durante o qual não houve intercâmbio de palavras, que ocorreu em 1911 em Viena, na casa de Skoblev (depois ministro do Governo Provisório), não conheci Stalin até maio de 1917, em Petrogrado, onde cheguei depois de ser libertado de um campo de concentração canadense. Nessa época, eu o via como militante a mais no quartel general dos bolcheviques, menos destacado que outros. Não é orador. Seus escritos são incolores. Suas polêmicas são grosseiras e vulgares. Nesse período de assembleias de massas, importantes manifestações e lutas, era quase inexistente do ponto de vista político. Nas reuniões da direção bolchevique permanecia na sombra. Sua lentidão intelectual o impedia de se manter a par dos acontecimentos. Não só Zinoviev e Kamenev, mas também o jovem Sverdlov, e inclusive Solnikov, tinham maior participação nas discussões do que Stalin, que durante todo o ano de 1917 se manteve na expectativa. Os historiadores que tentam atribuir-lhe um papel dirigente em 1917 (através de um inexistente “Comitê de Insurreição”) são insolentes falsificadores.

Depois da tomada do poder, Stalin adquiriu maior confiança, mas se manteve à sombra. Observei que Lênin o promovia constantemente. Pensei, sem dar maior importância ao assunto, que Lênin o fazia movido por considerações de tipo prático, não por simpatia pessoal. Pouco a pouco compreendi quais eram essas considerações. Lênin apreciava seu caráter firme, sua tenacidade, inclusive sua astúcia, que para ele eram qualidades indispensáveis em um militante. Não esperava que Stalin contribuísse com ideias, iniciativa política e nem faculdades criadoras. No momento da guerra civil, perguntei a



Srebriakov, que nessa época atuava junto com Stalin no Comitê Militar Revolucionário da Frente Sul, se podia arranjar-se sem Stalin para economizar forças. Srebriakov pensou durante um instante e respondeu: “não, não posso pressionar como faz Stalin. Não é minha especialidade”.

Lênin apreciava em Stalin sua capacidade de “pressionar”. Stalin adquiria maior confiança na medida em que se fortalecia o aparato estatal, destinado precisamente a “pressionar”. Acrescentemos: na medida em que o Estado liquidava o espírito de 1917.

O hábito, tão em voga, de equiparar Stalin com Lênin é vergonhoso. Quanto à personalidade, Stalin nem sequer resiste à comparação com Mussolini ou Hitler. Estes dois dirigentes vitoriosos da rea-

ção italiana e alemã, apesar do pauperismo de sua ideologia fascista, demonstraram iniciativa, capacidade de despertar as massas e abrir novos caminhos. Não podemos dizer o mesmo de Stalin. Surgiu do aparato, é inconcebível sem ele. Somente pode se aproximar das massas por meio do aparato.

Stalin pôde se elevar por cima do partido quando a deterioração das condições sociais na época da NEP permitiu à burocracia colocar-se por cima da sociedade. No início, seu próprio ascenso o surpreendeu. Avançou a de forma vacilante, circunspecta, sempre pronto a retroceder. Zinoviev, Kamenev e, em menor medida, Rikov, Bukarin e Tomski o apoiaram e o promoveram para me fazer contrapeso. Nenhum deles pensava que Stalin os deslocaria. No “triumvirato”, Zinoviev mantinha uma atitude cautelosa e protetora de Stalin; Kamenev o tratava de forma irônica. Recordo que em uma seção do Comitê Central Stalin utilizou a palavra “purista” de forma equivocada (frequentemente comete erros de linguagem). Kamenev me olhou com desdém, como se dissesse: “não há o que fazer; aceitamo-nos como é”. Bukarin dizia que Koba – pseudônimo de Stalin na clandestinidade – “tinha caráter” (Lênin dizia que Bukarin era “mais brando que a cera”) e que “nós” necessitávamos de gente firme; se é ignorante e “inculto”, nós devemos ajudá-lo. Essa ideia foi a base do bloco Stalin-Bukarin depois da ruptura do triumvirato. As circunstâncias sociais e pessoais o ajudaram a se elevar.

Em 1923 ou 24 tive uma conversa particular com Ivan Nikitich Smirnov, posteriormente fuzilado juntamente com Zinoviev e Kamenev:

- Stalin candidato a ditador? Mas é absolutamente incolor e insignificante. Incolor, sim – disse -, insignificante, não.

Dois anos depois tive uma conversa sobre o mesmo assunto com Kamenev, quem, apesar da evidência, considerava Stalin um dirigente “de nível distrital”. Essa caracterização irônica continha um pingão de verdade. Mas somente um pingão. Certos aspectos do intelecto, tais como a astúcia, a perfídia, a capa-

cidade de explorar os instintos da natureza humana, estão muito desenvolvidos em Stalin e unidos à força de seu caráter, proporcionando-lhe poderosas armas. Mas não para qualquer tipo de luta, evidentemente. A luta pela libertação das massas exige outras qualidades. Mas se se trata de escolher os indivíduos que integram o setor privilegiado, de assegurar sua coesão sobre a base do espírito de casta, de reduzir as massas à impotência e discipliná-las, as qualidades de Stalin não são avaliáveis. Graças a essas qualidades, converteu-se, e com justiça no dirigente do termidor.

No entanto, é um indivíduo medíocre. É incapaz de generalizar e prever. Sua inteligência carece de originalidade e vôo, é incapaz de pensar de forma lógica. Cada frase de seu discurso serve a um fim prático; jamais um discurso seu se eleva ao nível de uma estrutura lógica. Essa debilidade é sua força. Existem tarefas históricas que somente podem realizar se se renuncia à generalização; existem períodos em que a capacidade de generalização e previsão é um obstáculo para o êxito imediato; assim são os períodos de decadência e reação. Helvecio disse uma vez que toda época encontra homens da estatura que necessita e, quando não os encontra, os inventa. Marx escreveu do general Changarnier, hoje esquecido, “Diante da falta total de grandes personalidades, o partido da Ordem se vê obrigado a adotar um só indivíduo da força que lhe faltava a sua classe e inflá-lo até convertê-lo em um prodígio”. Para terminar com as citações, podemos aplicar a Stalin o que disse Engels sobre Wellington: “É grande à sua maneira. Todo o grande que se pode ser sem deixar de ser medíocre”. A grandeza individual é por definição, uma função social.

Se Stalin tivesse podido prever onde o levaria sua luta contra o “trotskismo”, é indubitável que não a tivesse levado a cabo apesar da perspectiva de triunfar sobre seus adversários. Mas não previu nada. Os prognósticos de seus adversários de que se converteria em coveiro da revolução e do partido e em chefe do termidor lhe pareciam fantasiosos. Acreditou no poder da burocracia para resolver todos os problemas. A falta de imaginação criadora, a incapacidade de generalização e de previsão mataram o revolucionário que havia nele. Os mesmos traços lhe permitiram encobrir o ascenso da burocracia termidoriana com o manto do velho revolucionário.

Stalin desmoralizou sistematicamente esse aparato que, por sua vez, o alimenta. Os traços de caráter que lhe permitiram organizar as fraudes judiciais e os assassinatos legais mais abomináveis da história constituem parte de sua personalidade. Mas necessitou anos de onipotência totalitária para os revestir de sua apocalíptica envergadura. Já falei de sua astúcia e de sua falta de escrúpulos. Em 1922, Lênin se pronunciou contra a postulação de Stalin para o posto de secretário geral: “este cozinheiro só preparará pratos pican-tes”. Em 1923, em uma conversa particular com Kamenev e Jerjinski, Stalin confessou que seu maior prazer era eleger a vítima, preparar a vingança, golpear e logo pôr-se a dormir.

“É uma pessoa má – me disse Krestinski – tem olhos

amarelos”. A mesma burocracia que os necessitava não o queria.

À medida em que o poder da burocracia se tornava mais absoluto, mais se definiam os traços criminosos do caráter de Stalin. Krupskaja, que durante alguns meses de 1926 militou na Oposição, me disse que os sentimentos de Lênin para com Stalin no último período de sua vida eram sumamente desconfiados e profundamente hostis. Esses sentimentos estão expressos no testamento de forma muito moderada. “Volodia me disse: ‘Ele (Stalin) carece do mais elementar sentido de honra’. Entendes? A mais elementar decência humana!” Em sua última carta, Lênin rompe toda relação pessoal e partidária com Stalin. Podemos imaginar a amargura que devia embargar o homem enfermo para lhe permitir chegar até esse ponto! No entanto, o “estalinismo” autêntico começou a atuar livremente só depois da morte de Lênin.

Não, o ódio pessoal é um sentimento demasiado estreito, provinciano e íntimo de forma a exercer alguma influência sobre uma luta histórica cuja envergadura ultrapassa enormemente a qualquer de seus participantes. Não é preciso dizer que Stalin, coveiro da revolução e organizador de crimes inauditos, merece o castigo mais severo. Mas esse castigo não é um fim em si mesmo, nem exige medidas especiais. Deverá ser - e será - fruto da vitória da classe operária sobre a burocracia.

Com isso não quero diminuir a responsabilidade pessoal de Stalin. Pelo contrário, a envergadura inigualável de seus crimes é tal que a nenhum revolucionário sério ocorreria cobrar a dívida diante de um ato terrorista. Nossa única satisfação política e moral está na queda do estalinismo provocada pela vitória revolucionária das massas. E essa queda é inevitável.

Para concluir com o tema do “ódio” da “sede de poder”, direi que, apesar das grandes provas dos últimos anos, jamais cai no “desespero” que me atribuem a imprensa soviética, os fiscais estalinistas e os imbecis “amigos da URSS” no estrangeiro. Jamais nesses treze anos me senti nem quebrado e nem vencido. Jamais deixei de contemplar com desprezo os caluniadores e suas calúnias. Penso que a escola das grandes comoções históricas em que me formei me ensinou a medir os acontecimentos sobre a base de seu ritmo próprio, não com base na mesquinha medida da sorte pessoal. Só posso sentir lástima mesclada com ironia pelos homens que acreditam que sua vida não vale nada porque perderam um posto ministerial. O movimento a que sirvo tem atravessado ascenso, refluxos e novos ascensos. Neste momento, atravessa um grande retrocesso. Mas as condições objetivas da economia e da política mundial criam possibilidades para um ascenso grandioso que superará amplamente todo o conhecido. Prever claramente o futuro, prepará-lo em meio às dificuldades do momento, contribuir para a formação de novos quadros marxistas: aqui está minha única tarefa... O leitor saberá desculpar essas digressões pessoais, motivadas pela fraude judicial.

(León Trotsky – Escritos, pag. 80, Vol. I, tomo VIII, 1936-37, editorial Pluma)